

Construtora Tenda S.A.

Proposta da Administração

INDÍCE

INDÍCE	1
1. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	2
1.1. Tomar as contas dos administradores, examinar discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.....	2
1.2. Deliberar sobre a proposta da Administração de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.	2
1.3. Deliberar sobre o número de membros do Conselho de Administração da Companhia e eleger, nos termos dos artigos 15 e seguintes do Estatuto Social da Companhia, seus membros;.....	3
1.4. Deliberar sobre o número de membros dos membros do Conselho Fiscal da Companhia e elegê-los, nos termos dos artigos 38 e 39 do Estatuto Social da Companhia;.....	4
1.5. Deliberar sobre proposta da Administração para a remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023.....	4
Anexo I.....	8
Anexo II.....	30
Anexo III	37
Anexo IV.....	43

1. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos, a seguir, a proposta da administração ("Proposta") acerca das matérias constantes da ordem do dia da AGO da Companhia a ser realizada, em primeira convocação, havendo quórum, no dia 19 de abril de 2023, às 14:00 horas, **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica "Microsoft Teams", conforme prerrogativa prevista no artigo 124, §2-A, da Lei das Sociedades por Ações e disciplinada na Resolução CVM 81, cujo Edital de Convocação será oportunamente publicado no jornal "O Estado de São Paulo":

1.1. Tomar as contas dos administradores, examinar discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

As demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório anual da administração, do parecer dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria e do parecer do Conselho Fiscal ("Demonstrações Financeiras"), relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, publicada no dia 10 de março de 2023 no jornal "O Estado de São Paulo", foram aprovadas, sem quaisquer ressalvas, pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pelo Comitê de Auditoria, em suas respectivas reuniões, todas realizadas em 09 de março de 2023, cujas atas estão disponíveis para consulta, juntamente com as Demonstrações Financeiras, na página de relações com investidores da Companhia (ri.tenda.com), na página da CVM (www.cvm.gov.br), na página da B3 (www.b3.com.br) e na sede da Companhia.

A Companhia propõe que os acionistas aprovem integralmente e sem ressalvas as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, constam do **Anexo I** do presente Manual, o qual contempla as informações relativas à Seção 2 do Formulário de Referência, em atendimento ao disposto no artigo 10, III, da Resolução CVM 81 e conforme previsto no Ofício- Circular Anual SEP/CVM 2023.

1.2. Deliberar sobre a proposta da Administração de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

O prejuízo líquido da Companhia, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$ 555.713.586,55 (quinhentos e cinquenta e cinco milhões, setecentos e treze mil reais, quinhentos e oitenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos). Por consequência, não haverá lucro a distribuir.

Em razão do resultado negativo apurado, parte do prejuízo deverá ser absorvido pelas reservas de lucros existentes, nos termos do artigo 189, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações, resultando na utilização integral dos saldos das reservas, conforme segue:

Saldo das Reservas de Lucro em 31/12/2021	Valor Total (R\$)
Reserva Legal	31.261.996,61
Reserva de Retenção de lucros	254.006.392,07
Absorção do Prejuízo	Valor Total (R\$)
Reserva Legal	31.261.996,61
Reserva de Retenção de lucros	254.006.392,07
Saldo das Reservas de Lucro em 31/12/2022	Valor Total (R\$)
Reserva Legal	0,00
Reserva de Retenção de lucros	0,00
Reserva de lucro em 31/12/2022	0,00
Prejuízo Acumulado no Exercício encerrado em 31/12/2022	329.848.382,89

Por fim, em vista de ter sido apurado prejuízo no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, nos termos do Ofício-Circular Anual CVM/SEP 2023 e conforme decisão do Colegiado de 27/09/2011 (Processo CVM nº RJ2010/14687), a Companhia não apresentará as informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM 81.

1.3. Deliberar sobre o número de membros do Conselho de Administração da Companhia e eleger, nos termos dos artigos 15 e seguintes do Estatuto Social da Companhia, seus membros;

O artigo 15 do Estatuto Social da Companhia prevê que o Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 05 (cinco), e, no máximo, 07 (sete) membros efetivos, com mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, podendo ser eleitos suplentes.

Considerando que o mandato dos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia se iniciou na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021, faz-se necessária uma nova eleição para o mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Em razão disso, a Administração da Companhia propõe que o número de membros do Conselho de Administração da Companhia seja fixado em 06 (seis) membros efetivos, sem a eleição de suplentes, para o mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Neste sentido, a Companhia propõe que sejam reeleitos os seguintes membros:

Membros Efetivos: *Claudio José Carvalho de Andrade;*
Mauricio Luis Luchetti;
Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves;
Flavio Uchôa Teles de Menezes;
e
Michele Corrochano Robert.

Ainda, a Companhia propõe que seja eleito o seguinte membro para compor o Conselho de Administração:

Marcos Duarte Santos

Os detalhes sobre os indicados encontram-se descritos no **Anexo II** do presente Manual, o qual contempla as informações relativas aos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, em atendimento ao disposto no artigo 11 da Resolução CVM 81 e conforme previsto no Ofício-Circular Anual SEP/CVM 2023.

O atendimento pelos indicados aos requisitos de elegibilidade previstos na “Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária” da Companhia, foi apreciado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 17 de março de 2023.

1.4. Deliberar sobre o número de membros dos membros do Conselho Fiscal da Companhia e elegê-los, nos termos dos artigos 38 e 39 do Estatuto Social da Companhia;

Nos termos dos artigos 38 e 39 do estatuto social da Companhia, o Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, será composto por no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato até a primeira assembleia geral ordinária após a sua instalação.

A administração da Companhia propõe o funcionamento mediante eleição de 3 (três) membros, com a eleição da chapa composta pelos atuais membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, com mandato unificado até a assembleia geral ordinária que aprovar as contas do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023, a saber:

Membros Efetivos: Jose Luiz Ribeiro de Carvalho
Laercio Lampiasi
Fábio Antônio Pereira

Membros Suplentes: Carlos Eduardo Parente De Oliveira Alves
Edson Torquato da Silva
Renato Justo Stivanin

Os candidatos da chapa indicada para compor o Conselho Fiscal encontram-se livres e desimpedidos para o exercício dos cargos, nos termos da lei, bem como atendem aos requisitos legais, regulamentares e estatutários em vigor.

Os detalhes sobre os indicados encontram-se descritos no **Anexo III** do presente Manual, o qual contempla as informações relativas aos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, em atendimento ao disposto no artigo 11 da Resolução CVM 81 e conforme previsto no Ofício-Circular Anual SEP/CVM 2023.

1.5. Deliberar sobre proposta da Administração para a remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Para o exercício **de 2023**, a administração da Companhia propõe a remuneração anual global dos membros da administração da Companhia no valor de até **R\$ 32.379.088,00 (trinta e dois milhões, trezentos e setenta e nove mil e oitenta e oito reais)**, nos termos do artigo 152, da Lei das Sociedades por Ações.

A Tenda acredita no modelo onde todos os seus diretores são estatutários, assumindo uma posição de maior responsabilidade na empresa. Por isso, diferente do padrão de mercado, não temos uma organização com Diretores estatutários e não estatutários, portanto todos os administradores da companhia são estatutários, ou seja, assumem uma posição de maior responsabilidade, sendo responsáveis pela sustentabilidade e perenidade da organização.

A tabela abaixo demonstra as diferenças entre os valores aprovados e efetivamente gastos com a remuneração dos administradores da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como a diferença entre esses valores e o valor proposto para a remuneração global dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Valor	Aprovado 2022	Efetivo 2022	Proposto 2023
Total	R\$ 41.130.428	R\$ 34.266.661	R\$ 32.379.088,00

A remuneração anual global máxima proposta para 2023 (de até R\$ 32.379.088) é -21% inferior à aprovada para 2022 e -6% inferior à remuneração global efetiva de 2022. A variação de -21% referente a relação do Proposto 2023 e Aprovado 2022, é reflexo de ajuste contábil referente a remuneração baseada em ações e participação nos resultados. Por sua vez, a variação de -6% referente à relação do Proposto 2023 e Efetivo 2022, é reflexo de ajuste contábil e revisão da remuneração baseada em ações da Diretoria e Conselho.

Para melhor ilustrar as diferenças entre os valores da remuneração global aprovados/realizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e os valores propostos para exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023, segue abaixo quadro comparativo:

	2022 Aprovado	2022 Real	Var. R\$ 2022 Real Vs Aprovado 2022	Var. % 2022 Real Vs Aprovado 2022	2023 Projeção	Var. R\$ 2022 Real Vs Projeção 2023	Var. % 2022 Real Vs Projeção 2023
Total	41.130.428	34.266.661	-6.863.767	-17%	32.379.088	-1.887.573	-6%
<i># Membros</i>	25,06	24,08	-0,98	-4%	20,33	-3,75	-16%
<i>Remuneração Fixa</i>	13.857.400	13.720.733	-136.667	-1%	11.233.900	-2.486.833	-18%
<i>Outros (INSS)</i>	2.771.480	2.744.172	-27.308	-1%	2.246.780	-497.392	-18%
<i>Participação nos resultados</i>	11.169.500	8.731.231	-2.438.269	-22%	7.817.250	-913.981	-10%
<i>Remuneração baseada em ações</i>	11.763.753	7.556.186	-4.207.567	-36%	9.656.461	2.100.275	28%
<i>Benefícios</i>	1.568.295	1.514.339	-53.956	-3%	1.424.696	-89.642	-6%
Conselho Adm.	5.741.193	5.741.193	0	0%	3.800.059	-1.941.134	-34%
<i># Membros</i>	7,00	7,00	0	0%	6,33	-0,67	-10%
<i>Remuneração Fixa</i>	2.760.000	2.760.000	0	0%	2.580.400	-179.600	-7%
<i>Outros (INSS)</i>	552.000	552.000	0	0%	516.080	-35.920	-7%
<i>Participação nos resultados</i>	0	na	0	0%	na	0	0%
<i>Remuneração baseada em ações</i>	2.429.186	2.429.186	0	0%	703.579	-1.725.607	-71%
<i>Benefícios</i>	0	na	0	0%	na	0	0%
Conselho Fiscal	432.003	432.003	0	0%	432.000	-3	0%
<i># Membros</i>	3,00	3,00	0	0%	3,00	0,00	0%
<i>Remuneração Fixa</i>	360.000	360.000	0	0%	360.000	0	0%
<i>Outros (INSS)</i>	72.000	72.000	0	0%	72.000	0	0%
<i>Participação nos resultados</i>	0	na	0	0%	na	0	0%
<i>Remuneração baseada em ações</i>	0	na	0	0%	na	0	0%
<i>Benefícios</i>	0	na	0	0%	na	0	0%
Diretoria	34.957.257	28.093.489	-6.863.768	-20%	28.147.028	53.539	0%

<i># Membros</i>	15,06	14,08	-0,98	-6%	11,00	-3,08	-22%
<i>Remuneração Fixa</i>	10.737.400	10.600.733	-136.667	-1%	8.293.500	-2.307.233	-22%
<i>Outros (INSS)</i>	2.147.480	2.120.172	-27.308	-1%	1.658.700	-461.472	-22%
<i>Participação nos resultados</i>	11.169.500	8.731.231	-2.438.269	-22%	7.817.250	-913.981	-10%
<i>Remuneração baseada em ações</i>	9.334.567	5.127.000	-4.207.567	-45%	8.952.882	3.825.882	75%
<i>Benefícios</i>	1.568.295	1.514.339	-53.956	-3%	1.424.696	-89.642	-6%

A administração informa que a proposta de remuneração global tratada neste item engloba a remuneração mensal individual dos membros efetivos do Conselho Fiscal, equivalente a cerca de 15% (quinze por cento) da remuneração média atribuída a cada diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos resultados, em atendimento ao disposto no artigo 162, §3º, da Lei das Sociedades por Ações.

Para fins de análise desta matéria, as informações acerca da remuneração dos administradores conforme artigo 13, II, da Resolução CVM 81, constam do **Anexo IV** à presente Proposta.

Todos os documentos relativos à Assembleia encontram-se disponíveis na página de relações com investidores da Companhia (ri.tenda.com), na página da CVM (www.cvm.gov.br), na página da B3 (www.b3.com.br) e na sede da Companhia.

São Paulo, 17 de março de 2023.

A Administração da Construtora Tenda S.A.

Anexo I

Comentários dos Administradores

(Conforme artigo 10, III da Resolução CVM 81 - Seção 2 do Formulário de Referência)

2.1. Condições financeiras e patrimoniais

Introdução

A discussão a seguir contém declarações sobre tendências que refletem nossas expectativas atuais, que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e o calendário dos eventos podem diferir materialmente daqueles contidos nestas declarações sobre estimativas futuras devido a uma série de fatores estabelecidos neste formulário de referência.

As informações financeiras contidas no item 2 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia auditadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, e suas respectivas notas explicativas. Nossa demonstração financeira foi preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Dessa forma, as informações, as avaliações, as opiniões e os comentários dos diretores da Companhia, ora apresentados, traduzem a visão e percepção de tais diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a compreender a demonstração financeira da Companhia para o exercício social de 2022.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2022, a Companhia consolidou sua posição de destaque no segmento de habitação popular no Brasil, com o lançamento de 12.148 unidades, 42,0% a menos do que em 2021. Em VGV (Valor Geral de Vendas), os lançamentos totalizaram R\$ 2,38 bilhões, diminuição de 23,9% com relação ao VGV lançado no ano anterior (R\$ 3,12 bilhões). O banco de terrenos encerrou o ano com VGV de R\$ 16,33 bilhões, 31,8% maior do que no ano anterior.

A Companhia reitera seu compromisso de manter um banco de terrenos equivalente a três anos de lançamentos em cada uma das regiões de atuação, garantindo estabilidade operacional.

Em 2022, as vendas líquidas atingiram R\$ 2,36 bilhões, apresentando uma queda de 24,8% na comparação com o ano de 2021, quando as vendas líquidas totalizaram R\$ 3,14 bilhões. A VSO líquida encerrou 2022 em 54,7%, ou seja, 10,1 pontos inferiores a 2021 (64,8%).

No ano, a Companhia registrou receita líquida de R\$ 2,41 bilhão, representando um declínio de 5,0% com relação a 2021, e margem bruta ajustada por juros capitalizados de 14,0%. A queda da receita líquida foi impactada pelas revisões orçamentárias realizadas durante o ano. A Companhia tem expandido para uma nova região metropolitana por ano desde 2017, quando chegou a 7 regiões com a entrada em Curitiba (PR); em 2018, a Companhia ampliou sua atuação para 8 regiões metropolitanas ao entrar em Goiânia (GO); e, em 2019, a Companhia chegou a 9 regiões metropolitanas ingressando em Fortaleza (CE). Em 2021, passamos a atuar também na região de Campinas.

Em 2022, a Companhia registrou despesas gerais e administrativas de R\$ 208,5 milhões, um aumento de 10,8% com relação a 2021. As despesas gerais e administrativas representaram 8,6% da receita líquida em 2022, em comparação com 7,4% no ano anterior.

No ano, as despesas com vendas atingiram R\$ 241,3 milhões, representando um crescimento de 1,8% com relação a 2021. As despesas com vendas representaram 8,4% das vendas brutas em 2022, em comparação com 6,8% no ano anterior.

A Companhia encerrou o ano de 2022 com prejuízo de R\$555,7 milhões, que é 182,7% inferior ao resultado do ano anterior.

A tabela abaixo sumariza o desempenho dos principais indicadores operacionais e financeiros nos últimos três exercícios sociais:

R\$ milhões (exceto percentuais e unidades)	2022
Lançamentos (# unidades)	12.148
Lançamentos (VGV)	2.380
Banco de Terrenos (VGV)	16.332
Vendas Líquidas (VGV)	2.363
VSO Líquida (%)	54,7%
Receita Líquida	2.413
Margem Bruta Ajustada (%)	14,0%
Despesas com Vendas	-241
Despesas Gerais e Administrativas (G&A)	-208
Lucro Líquido	-547
Margem Líquida	-22,7%

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de endividamento total (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) foi de 111,5%.

b. estrutura de capital

A tabela abaixo apresenta todo o valor utilizado pela Companhia para financiar suas operações (capitalização total), segregado entre capital de terceiros (passivo circulante e não-circulante) e capital próprio (patrimônio líquido), expresso tanto em termos reais quanto em termos percentuais, para cada exercício social indicado:

R\$ milhares	2022
Capital de Terceiros	3.410.742
Capital Próprio	717.612
Capitalização Total	4.128.354
Capital de Terceiros (% do total)	82,6%
Capital Próprio (% do total)	17,4%

A administração acredita que a estrutura de capital medida pela relação entre os passivos e patrimônio líquido da Companhia mostrou-se equilibrada nos períodos indicados.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia fechou o ano de 2022 com uma posição de caixa líquido (dívida líquida) de R\$ - 799,9 milhões, com uma posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 83,7 milhões, frente a uma dívida bruta total de R\$ 1,4 bilhão e uma relação de dívida líquida sobre patrimônio líquido de -111,5%.

A tabela abaixo sumariza a posição de caixa bruto, dívida bruta, dívida por tipo e dívida líquida nos exercícios sociais indicados:

R\$ milhões	2022
Caixa total	674,2
Dívida bruta	(1.474,2)
Financiamento à Construção (SFH)	(339,5)
Demais formatos de captação	(1.134,7)
Caixa líquido (dívida líquida)	(799,9)

Considerando o nível de endividamento da Companhia, seus ativos de maior liquidez frente a suas obrigações, refletidas ou não no balanço patrimonial, os Diretores acreditam haver liquidez adequada para o cumprimento das obrigações contratuais assumidas nesta data.

Caso se entenda necessário, a Companhia possui estrutura e capacidade de contrair novos empréstimos para financiar os investimentos e a sua operação.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Na data deste formulário de referência, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram a utilização de financiamentos de terceiros, incluindo as emissões de debêntures e operações de securitização.

Em 2022, a Companhia encerrou o ano com R\$ 339,5 milhões financiados pelo Sistema de Financiamento Imobiliário ("SFH"). Foi realizada uma operação de securitização envolvendo Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRIs), no montante de R\$ 80.415.449,52.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para financiar o capital de giro, a Companhia tem acesso ao crédito imobiliário concedido pelo agente financeiro no momento da contratação dos empreendimentos dentro do SFH, com recursos oriundos do FGTS. Em 2019, a taxa de juros desta linha de financiamento foi equivalente a TR +8,30% ao ano. Com a redução da taxa de juros básica da economia brasileira, a Companhia reduziu a utilização da linha e aumentou a captação de recursos no mercado de capitais de renda fixa, com o uso de instrumentos como debêntures e CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários). Para o caso de deficiências de liquidez, a Companhia pode retomar o financiamento imobiliário dentro do SFH, pode acessar o mercado de capitais de renda fixa ou estruturar dívidas bancárias com os principais agentes financeiros nacionais.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo resume as características dos financiamentos e empréstimos consolidados da Companhia, agrupados por modalidade, em 31 de dezembro de 2022:

R\$ milhões	Vencimento	Taxa (a.a.)	Saldo Devedor
CRI	até 04/2028	IPCA + 6,86%	224.835
CRI	até 07/2027	IPCA + 8,50%	75.719
Debênture	até 09/2023	CDI + 3,50%	52.648
Debênture	até 03/2024	CDI + 3,15%	156.234
Debênture	até 12/2024	CDI + 3,05%	100.265
Debênture	até 02/2026	CDI + 4,00%	211.151
Debênture	até 09/2028	CDI + 3,60%	156.327
Financiamento bancário	até 12/2025	CDI + 5,1681%	157.540
SFH ¹	até 07/2024	127% CDI	75.922
SFH ¹	até 05/2024	129% CDI	468
SFH ¹	até 02/2025	TR+11,76	31.976
SFH ¹	até 09/2025	TR+8,30	231.087
Total:			1.474.172

¹É representado pelos financiamentos tomados juntos à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil com o objetivo de prover recursos para a construção de empreendimentos imobiliários da Companhia e suas controladas, coligadas. Estes contratos possuem garantias reais representadas pela hipoteca do terreno e pela cessão fiduciária ou penhor dos recebíveis. Os recursos são liberados mediante a comprovação de evolução física e financeira de obras, sua amortização ocorre durante o período de repasse na planta e após a entrega. Após o período de obras e caso o contrato não esteja quitado, inicia-se um cronograma de amortizações.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não existem outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas destacadas no item (i) acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as dívidas da Companhia podem ser segregadas de acordo com a natureza de suas garantias, conforme abaixo:

R\$ milhões	2022
Dívida bruta	(1.474)
Dívida com Garantia Real	(339)
Dívida com Garantia Flutuante	-
Dívida Quirográfica	(1.135)

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirográficas da Companhia. As dívidas da Companhia que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Havendo um eventual concurso universal de credores, deve-se seguir os dispositivos legais, incluindo a Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, e a Lei n.º 6.024, de 13 de março de 1974, conforme alteradas de tempos em tempos.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

A Companhia é signatária de contratos que possuem cláusulas restritivas próprias da natureza das operações, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações. Cabe destacar que as debêntures emitidas pela Companhia possuem restrições relacionadas à observância, durante o período de vigência das debêntures, de "índices financeiros", conforme abaixo destacados:

No último exercício social, a Companhia cumpriu o indicador financeiro exigido pela (i) 4ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, de série única no valor total de R\$ 150.000 ("4ª Emissão"); 5ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, de série única no valor total de R\$ 150.000 ("5ª Emissão"); 6ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, de série única no valor total de R\$ 200.000 ("6ª Emissão"); 7ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, de série única no valor total de R\$ 200.000 ("7ª Emissão"); (ii) 8ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações (série única, no valor total de R\$ 200.000) ("8ª Emissão"); (iii) 9ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações (série única, no valor total de R\$ 150.000) ("9ª Emissão"); conforme demonstrado a seguir:

	2022
O índice financeiro de alavancagem líquida, calculado pelo total de dívida líquida corporativa (ex-financiamentos tomados no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional – SFH ou similares) dividido pelo patrimônio líquido, não deve exceder a 80%	65,73%

Em 25 de agosto de 2022, foram assinados aditamentos modificando as condições do índice de alavancagem líquida, no âmbito das 4ª Emissão, 5ª Emissão, 6ª Emissão, 7ª Emissão, 8ª Emissão e 9ª Emissão, que passou a vigorar conforme descrito abaixo:

- de 30 de junho de 2022 até 31 de dezembro de 2022 - menor ou igual a 80%
- de 31 de março de 2023 até 30 de junho de 2023 - menor ou igual a 85%
- em 30 de setembro de 2023 - menor ou igual a 80%
- em 31 de dezembro de 2023 - menor ou igual a 75%
- de 31 de março de 2024 até 30 de junho de 2024 - menor ou igual a 50%

- de 30 de setembro de 2024 até 31 de dezembro de 2024 - menor ou igual a 30%

Adicionalmente, em 2022, a Companhia também alterou determinados termos e condições das 4ª Emissão, 5ª Emissão, 6ª Emissão, 7ª Emissão, 8ª Emissão e 9ª Emissão, de forma a promover a flexibilidade de determinadas obrigações, bem como determinar a outorga de garantias adicionais.

Foi concedida à Companhia anuência (*waiver*) para o descumprimento do Índice Financeiro de alavancagem líquida (conforme quadro acima) referente aos períodos findos em 30 de setembro de 2022 a 31 de dezembro de 2024, desde que cumpridos novos percentuais máximos estabelecidos para cada período. Para o período findo em 31 de dezembro de 2022 o percentual do Índice Financeiro a ser cumprido deverá ser menor ou igual à 80% (anteriormente era de 15%).

Na mesma ocasião, a Companhia assumiu as seguintes obrigações adicionais:

- (i) Não realizar distribuição de dividendos, pagamentos de juros sobre capital próprio ou quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, exceto pelo pagamento de dividendo mínimo obrigatório;
- (ii) Não criar quaisquer ônus ou gravames, ou celebrar qualquer contrato ou tomar qualquer outra providência que venha a onerar as ações de emissão da Alea S.A;
- (iii) Os lançamentos de projetos não poderão superar 15.000 unidades "Tenda" durante os períodos de 1º de abril de 2022 a 31 de março de 2023, e 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023;
- (iv) Apresentar garantias, que poderão ser compostos por quotas de SPEs (com base em seu valor patrimonial) e recebíveis (com base em seu valor de face), correspondentes à percentuais do somatório do principal e juros das dívidas;
- (v) Constituir garantia de conta vinculada, em adição às garantias mencionadas no item (iv), acima, a ser preenchida, a partir de outubro de 2022, com determinadas proporções de parcelas vincendas das emissões nos seis meses antecedentes à cada pagamento das emissões.

Com exceção da obrigação referente ao item (iii) acima, as obrigações são aplicáveis e as garantias vigorarão até que o Índice Financeiro seja menor ou igual a 15% por 2 trimestre consecutivos.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A modalidade de financiamento à construção, contratada pela Companhia no âmbito do SFH, tem seus recursos destinados às obras dos empreendimentos a que se referem. Os recursos contratados são liberados à Companhia conforme avanço físico-financeiro das obras. Além disso, a Companhia pode fazer uso de outras fontes de financiamentos, como Cédulas de Créditos Bancários, liberados à Companhia no momento da contratação.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

2022	2022	Análise Vertical 2022	Análise Horizontal 2022x2021
Receita operacional líquida	2.412.586	-	-5,0%
Custos operacionais	-2.137.896	-	2,4%
Lucro bruto operacional	274.690	11,4%	-39,1%
Receitas (despesas) Operacionais	-590.499	-	9,0%
Despesas com vendas	-241.287	40,9%	-2%
Despesas gerais e administrativas	-208.450	35,3%	10,8%
Resultado de equivalência patrimonial	-7.381	1,2%	8,5%
Outras receitas/(despesas) líquidas	-133.381	22,6%	32,1%
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e do imposto de renda e contribuição social	-315.809	-	249,2%
Resultado Financeiro	-195.272	-	224,9%
Despesas financeiras	-249.781	127,9%	155,5%
Receitas financeiras	54.509	-27,9%	44,8%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-511.081	-	239,5%
Despesa com imposto de renda e contribuição social corrente	-44.638	100,0%	0,9%
Receita com imposto de renda e contribuição social diferido	6	0,0%	-100,3%
Total de despesas com impostos	-44.632	-	-3,1%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-555.713	-	182,7%

Resultados Operacionais referentes ao exercício de 2022 comparados com 2021:

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida encerrou o ano de 2022 totalizando R\$ 2,41 bilhões, em relação aos R\$ 2,54 bilhões no período anterior, representando uma redução de 5,0% em relação ao exercício social encerrado em 2021. A queda da receita foi impactada principalmente pela diminuição de lançamentos durante o período. A estratégia da companhia foi rentabilizar através do aumento de preço da unidade morosamente ao longo do ano.

Custos operacionais

Os custos operacionais (de incorporação e vendas de imóvel) totalizaram R\$ 2,1 bilhões no exercício de 2022, o que representa um aumento de 2,4%, quando comparado ao ano anterior. Embora tenha se mantido o nível de custos do ano anterior, em termos nominais, o aumento é justificado principalmente pela revisão orçamentária ocorrida ao longo do ano.

Lucro bruto operacional

O lucro bruto no ano de 2022 foi de R\$ 274,6 milhões, em comparação com R\$ 451,3 milhões em 2021, representando uma redução de 39,1% em relação ao exercício social encerrado em 2021, justificado principalmente pela redução da receita operacional líquida e o aumento dos custos operacionais no ano de 2022.

Receitas (despesas) Operacionais

A conta de outras receitas/despesas líquidas totalizou R\$ 590,5 milhões negativos no exercício social de 2022, aumento de 9,0% em relação a 2021, justificado principalmente pelo aumento com as despesas gerais e administrativas.

Resultado Financeiro

Em 2022, o resultado financeiro líquido totalizou uma despesa de R\$ 195,3 milhões, um aumento de 224,9% em relação a despesa líquida de R\$ 60,1 milhões, do exercício social de 2021.

Lucro Líquido (Prejuízo)

A Companhia encerrou o exercício de 2022 com prejuízo de R\$ 555,7 milhões, comparado com o prejuízo de R\$ 191,5 milhões de 2021, justificado pelos pontos mencionados acima.

FLUXOS DE CAIXA

R\$ milhares	2022	2021
Caixa líquido das atividades operacionais	-367.338	-163.657
Caixa líquido das atividades de investimento	431.463	138.446
Caixa líquido das atividades de financiamento	-67.507	42.550
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.382	17.339

Fluxo de Caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 comparado com 2021:

Atividades Operacionais

Em 2022, o caixa consumido nas operações totalizou R\$ 367,3 milhões, em comparação a R\$ 163,6 milhões negativos em 2021. Essa piora deve-se, principalmente, ao maior desembolso com gastos de obra e incorporação dos empreendimentos imobiliários e a um menor volume de recebimentos, decorrente do menor volume de operações da Companhia.

Atividades de Investimento

O caixa originado nas atividades de investimento em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 431,5 milhões, em comparação com o montante de R\$ 138,4 milhões em 2021. A variação é explicada pelas aplicações líquidas em títulos e valores mobiliários.

Atividades de Financiamento

Em 31 de dezembro de 2022, o caixa consumido pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 67,5 milhões, na comparação com R\$ 42,5 milhões de geração no mesmo período de 2021, devido principalmente ao maior volume de pagamento de juros sobre empréstimos contraídos.

2.2. Resultados operacional e financeiro

Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

R\$ milhares	2022
Incorporação, venda de imóveis, permuta e prestação de serviços de construção	2.522
Provisão para devedores duvidosos e distratos	-68
Deduções da receita bruta	-41
Total receita líquida	2.413

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 é representada, principalmente, pelas receitas de incorporação e pelas vendas de empreendimentos imobiliários.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida apresentou uma diminuição de 3,70% em relação ao mesmo período de 2021, justificado principalmente pela diminuição de lançamentos durante o período, compensado parcialmente pelo aumento de preço da unidade morosamente ao longo do ano.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As receitas de vendas podem ser impactadas pela variação nos índices de inflação que corrigem os nossos contratos de vendas. Nos contratos de venda, nossos créditos perante clientes são, em sua maior parte, reajustados por índices oficiais de inflação até a entrega das chaves (durante a fase de construção) e após a concessão do "Habite-se" (pós-construção). As variações de receita nos últimos três exercícios são relativas à variação do volume de negócios (lançamentos e vendas) bem como da evolução físico-financeira das obras.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado imobiliário na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento. Além disso, a evolução relativa dos índices de inflação, especialmente o INCC que, em geral, indexa os custos de construção pode afetar a rentabilidade da atividade de incorporação imobiliária, caso haja descasamento entre o INCC e os preços de insumos.

Atualmente a companhia não possui exposição direta em moedas estrangeiras, de forma que todo risco cambial se aplica de forma indireta e pode ser representado pelos riscos macroeconômicos da economia brasileira.

A variação na taxa de juros poderá afetar o custo do financiamento imobiliário e influenciar a demanda por nossos produtos. Também poderá afetar (i) nosso custo de financiamento a produção e, desta forma, impactar nos custos de construção de nossos projetos e (ii) as demais dívidas que a companhia possui ou poderá vir a contratar.

2.3. Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia no último exercício social.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não contém ressalvas. Tendo em vista não ter havido quaisquer ressalvas a Diretoria não possui comentários.

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, contém ênfase relacionada ao fato de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária consideram, adicionalmente, a orientação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15) emitida pela Comissão de Valores Mobiliários, sobre a transferência do controle do ativo na venda de unidade imobiliária não concluída. A opinião dos auditores independentes não está modificada em função desse assunto.

A Administração da Companhia entende que tal parágrafo de ênfase é padronizado entre as empresas de auditorias e alinhado com as entidades do setor de incorporação imobiliária e órgãos reguladores em função da aplicação da Orientação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP Nº 02, 2018, em adição às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e não possuem comentários adicionais às ênfases em questão. Os auditores reforçaram ainda que a opinião deles não está modificada em função deste assunto.

2.4. Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia atua com foco no segmento de baixa renda do mercado imobiliário residencial nacional. Nesse sentido, a Companhia possui uma plataforma de negócios adequada para a execução de seus planos futuros, não havendo, no último exercício social, introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária relevante de forma a promover impacto nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia.

c. eventos ou operações não usuais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não houve eventos ou operações não usuais que tenham causado ou venham a causar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.5. Medições não contábeis

a. informar o valor das medições não contábeis

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* ou Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156"), conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA ajustado por itens contábeis não recorrentes ou sem reflexo direto no caixa da Companhia, de forma a melhor refletir tal indicador, tais como: encargos financeiros capitalizados, operações de fusões e aquisições e despesas com plano de opções (não-caixa). A Margem EBITDA Ajustada é calculada por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida da Companhia.

O EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada são indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa. O EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada são informações adicionais às demonstrações financeiras da Companhia e não devem ser utilizados em substituição às informações das demonstrações financeiras auditadas.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
Demonstrações Financeiras Consolidadas (R\$000)	2022
Lucro Líquido	-155.111
(+) Imposto de renda e Contribuição Social	12.335
(+) Depreciação e Amortização	10.239
(+) Resultado Financeiro	64.015
EBITDA	-68.522
(+) Encargos financeiros capitalizados (apropriados no resultado)	14.038
(+) Despesas com plano de opções	3.586
(+) Participação deos Minoritários	-2.713
EBITDA ajustado	-53.611
Receita Líquida	631.099
Margem EBITDA ajustada	8,45%

Caixa (endividamento) líquido

O caixa (endividamento) líquido é igual ao caixa e equivalentes de caixa acrescido de aplicações financeiras de curto e de longo prazo, deduzidos os empréstimos, financiamentos e debêntures. O caixa (endividamento) líquido não é uma medida de desempenho financeiro ou de liquidez segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou o IFRS.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
Demonstrações Financeiras Consolidadas (R\$000)	2022
(+) Empréstimos e financiamentos	496.993
(+) Debêntures	977.179
(1) Endividamento curto e longo prazo	1.474.172
(+) Caixa e equivalentes de caixa	83.692
(+) Títulos e valores mobiliários	590.549
(2) Disponibilidades	674.241
Endividamento líquido (1-2)	799.931
Patrimônio líquido	717.612
Índice Endividamento líquido	111,50%

Lucro Bruto Ajustado e Margem Bruta Ajustada

O Lucro Bruto Ajustado é uma medida não-contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro bruto adicionado pelos encargos financeiros capitalizados. A Margem Bruta Ajustada é calculada por meio da divisão do Lucro Bruto Ajustado pela receita líquida da Companhia.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
Demonstrações Financeiras Consolidadas (R\$000)	2022
Receita operacional líquida	2.412.586
(-) Custos operacionais	-2.137.896
Lucro bruto operacional	274.690
Margem Bruta	11,40%
(+) Encargos financeiros capitalizados	-41.312
Lucro bruto Ajustado	233.378
<i>Margem Bruta Ajustada</i>	9,70%

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA

A Companhia entende que a utilização do EBITDA Ajustado como medida de desempenho pode ser mais apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

A Companhia acredita que o EBITDA Ajustado apresenta uma medida mais precisa de seu desempenho operacional e geração de caixa, uma vez que exclui efeitos não recorrentes e não caixa. Desse modo, a Companhia efetua os seguintes ajustes ao cálculo do EBITDA: (i) encargos financeiros capitalizados referentes aos custos de empréstimos alocados ao custo, e portanto, referentes aos custos financeiros de empréstimos incorridos, os quais foram capitalizados conforme CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos; (ii) despesas com plano de opções de compra de ações, as quais não representam desembolso de caixa pela Companhia no período e a (iii) resultados advindos de transação de aquisição e venda não recorrente.

Portanto, a Companhia entende que o EBITDA Ajustado retrata seu desempenho sem a influência de fatores ligados, dentre outras coisas, (i) à sua estrutura de capital, como despesas com juros de seu endividamento,

flutuações de taxas de juros e outros resultados financeiros, (ii) à sua estrutura tributária, como seu imposto de renda e contribuição social, (iii) às suas despesas com planos de opções de compra de ações, que não têm efeito no fluxo de caixa da Companhia, (iv) às suas despesas com depreciações e amortizações, especialmente as advindas de operações de fusões e aquisições. Estas características, no entendimento da Companhia, tornam o EBITDA Ajustado uma medida mais prática e mais apropriada de seu desempenho, pois afere de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de seus projetos imobiliários.

O EBITDA, EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa a outros indicadores financeiros, como seus fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

Caixa (endividamento) líquido

A divulgação de informações sobre o caixa (endividamento) líquido visa apresentar uma visão geral do endividamento e da posição financeira da Companhia. O caixa (endividamento) líquido é igual ao caixa e equivalentes de caixa acrescido de aplicações financeiras de curto e de longo prazo, deduzidos os empréstimos, financiamentos e debêntures. O caixa (endividamento) líquido não é uma medida de desempenho financeiro ou de liquidez segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou o IFRS. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da Companhia. Na gestão de nossos negócios, utilizamos o caixa (endividamento) líquido como forma de avaliar nossa posição financeira. A Companhia entende que essa medida funciona como uma ferramenta importante para comparar, periodicamente, a posição financeira da Companhia, analisar o grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional, bem como para embasar determinadas decisões gerenciais. Adicionalmente, utilizamos o caixa (endividamento) líquido em obrigações (*covenants*) relacionadas com alguns de nossos contratos de financiamento.

Lucro Bruto Ajustado e Margem Bruta Ajustada

A Companhia entende que este ajuste funciona como uma ferramenta importante para comparação dos lucros e margens operacionais com demais concorrentes de mercado, não considerando eventuais distorções relativas aos encargos financeiros capitalizados.

2.6. Eventos subsequentes as DFs

"Posterior ao encerramento do exercício ocorreu evento subsequente que não trouxe efeitos sobre as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022 que, todavia, requer uma divulgação, como segue.

Venda de Recebíveis ("Cessão")

Em março de 2023 a Companhia liquidou 2 (duas) operações de securitização de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI") emitidos pela True Securitizadora S.A., os quais foram distribuídos por meio de ofertas públicas, em regime de melhores esforços de colocação, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022 ("Ofertas"), lastreados em Cédulas de Crédito Imobiliário fracionárias e integrais ("CCIs") emitidas pela Securitizadora para representar os créditos imobiliários de titularidade da Companhia.

As ofertas totalizaram um montante R\$160 milhões, com vencimentos até junho de 2031 e remuneração de 50% IPCA+11,6% ao ano e 50% CDI+5% ao ano, sendo o montante total líquido recebido pela Companhia, de R\$132 milhões."

O Conselho de Administração da Companhia, aprovou as Demonstrações Financeiras e a sua divulgação em reunião realizada em 09 de março de 2023.

2.7. Destinação de resultados

	2022
a) Regras sobre a retenção de lucros	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que até 71,25% do lucro líquido ajustado anual pode ser destinado para a constituição de Reserva de Investimentos, com a finalidade de (i) assegurar recursos para o desenvolvimento das atividades de suas controladas, e (ii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, a qual não poderá ultrapassar 80% do capital social integralizado.</p> <p>Na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 19 de abril de 2023, deverá ser deliberado que, em razão do resultado negativo apurado, o prejuízo deverá seja parcialmente absorvido pelas reservas de lucros existentes, nos termos do artigo 189, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações.</p>
a.i) Valores das retenções de lucros	Não aplicável, uma vez que foi apurado prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.
a.ii) Percentuais em relação aos totais declarados.	Não aplicável, uma vez que foi apurado prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.
b) Regras sobre distribuição de dividendos	<p>O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, prevê que 5% do lucro líquido seja anualmente destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório</p>
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>Anual</p> <p>A Companhia não distribuiu dividendos no decorrer do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.</p> <p>A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.</p>
d) Restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Nos termos do artigo 201 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia não poderá distribuir dividendos enquanto perdurar o prejuízo acumulado apurado em suas Demonstrações Financeiras que não tiver sido suportado pelo saldo de suas reservas de lucros e/ou de capital.
e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.	N/A

2.8. Itens relevantes não evidenciados nas DF

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

A Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam refletidos no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

i) *Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivo*

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, sobre os quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

ii) *Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos*

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

iii) *Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

iv) *Contratos de construção não terminada*

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, além de serviços contratados para obras já em andamento, cujas movimentações financeiras estão apropriadamente refletidas no balanço patrimonial, conforme o avanço físico da obra.

v) *Contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Todos os ativos e passivos assumidos pela Companhia estão registrados em seu balanço patrimonial. Portanto, não há ativos ou passivos detidos pela Companhia que não estejam evidenciados em seu balanço patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.9. Comentários sobre itens não evidenciados

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.10. Planos de negócios

Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos

a. investimentos, incluindo:

i. *descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos*

O modelo de negócios da Companhia é baseado em uma abordagem industrial da construção civil, ancorada em três pilares: produtos padronizados, coordenação entre atores e continuidade produtiva.

- O foco em habitação popular permitiu à Companhia o desenvolvimento de produtos padronizados, o que permite a busca por ganhos de escala e melhoria contínua. A Companhia atua com uma única SKU nos prédios sem elevador;
- A Companhia atua exclusivamente em regiões metropolitanas do Brasil, onde a formação anual de famílias garante uma demanda constante e permite à Companhia construir de forma eficiente, com o uso de formas de alumínio (o que garante maior controle dos projetos desenvolvidos) e mão-de-obra própria (quase todas as atividades relacionadas à estrutura dos edifícios são feitas por funcionários contratados diretamente pela Companhia);
- Quebrando paradigmas da construção civil, a Companhia criou o conceito de linhas de produção (em substituição à produção em batelada), trazendo conceitos da Engenharia de Produção para a Engenharia Civil.

A melhoria contínua, advinda da abordagem industrial, permite a redução do custo de construção, o que viabiliza a oferta de produtos mais acessíveis na comparação com os *peers*. Com preços mais baixos, a Companhia garante uma velocidade de vendas superior, o que traz um ganho de escala que retroalimenta os benefícios da abordagem industrial e permite crescimento e geração de valor.

A Companhia estima que irá investir anualmente em pesquisa e desenvolvimento o equivalente a 1% da receita líquida.

ii. *fontes de financiamento dos investimentos*

Na data deste formulário de referência, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e a utilização de financiamentos de terceiros, incluindo as emissões de debêntures.

iii. *desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos*

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em dezembro de 2021, foi inaugurada a fábrica do nosso modelo *off-site*, conforme melhor explicitamos ao longo deste item 2.10.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. *descrição das pesquisas em andamento já divulgadas*

Em evento realizado com investidores no dia 10 de dezembro de 2019 (Tenda Day), a Companhia anunciou a intenção de viabilizar a construção em fábrica (ou "*offsite construction*") como forma de atender à demanda por habitação popular em cidades pequenas e médias. Hoje, o modelo de negócios é focado na construção com formas de alumínio como forma de garantir maior competitividade de custos, mas a atuação acaba restrita às maiores regiões metropolitanas do país.

Em evento realizado com investidores no dia 16 de dezembro de 2020 (Tenda Day), a Companhia anunciou a compra de uma fábrica com início de operação planejado para o 2º semestre de 2021, localizada em Jaguariúna, cidade do interior de São Paulo.

Em evento realizado no dia 09 de dezembro de 2021 (Tenda Day), divulgamos oficialmente a inauguração da fábrica em Jaguariúna. A fábrica tem capacidade plena de 10 mil unidades por ano, volume que ambicionamos atingir em 5 anos (2026).

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia estima que irá investir anualmente em pesquisa e desenvolvimento o equivalente a 1% da receita líquida.

A Companhia estima também que são esperados consumos de caixa de R\$ 250-300 milhões entre 2020 e 2024 no modelo *offsite*, sendo de R\$ 125-150 milhões em Capex e R\$ 125-150 milhões em despesas operacionais promissores.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Modelo *offsite* se caracteriza pelo canteiro localizado fora da obra. No caso da Tenda, decidimos iniciar o modelo construindo casas por meio do método construtivo *wood-frame*. Mais detalhes do projeto já divulgados ao longo deste item 2.10.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia estima que são esperados consumos de caixa de R\$ 250-300 milhões entre 2020 e 2024 no modelo *offsite*, sendo de R\$ 125-150 milhões em Capex e R\$ 125-150 milhões em despesas operacionais.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

O Plano estratégico da Tenda toma como base os temas materiais propostos pelo SASB (*Sustainability Accounting Standards Board*) e pelo S&P SAM CSA (*Corporate Sustainability Assessment*) para o setor, além de outros aspectos materiais derivados da atuação da Tenda no segmento de habitação popular.

Na seção ESG do Relatório da Administração da Companhia, constam as ações relacionadas a questões ASG já implementadas pela Companhia, disponível no website da Companhia (<https://ri.tenda.com/informacoes-financeiras/central-de-resultados>).

2.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não aplicável, uma vez que todas as informações relevantes e pertinentes a esta Seção foram divulgadas nos itens acima.

Anexo II

Informações sobre os membros do Conselho de Administração Indicados
(Conforme artigo 11 da Resolução CVM 81 – Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)

Nome	Data de Nascimento	Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do Mandato
CPF	Profissão	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Posse	Eleito pelo Controlador?
Membro Independente?	Data de início do primeiro mandato, em caso de mandatos consecutivos			
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de Independência.				
Claudio José Carvalho de Andrade	03/10/1966	Conselho de Administração	19/04/2023	Até AGO que aprovar o exercício de 2024.
595.998.045-20	Administrador de Empresas	Presidente Cons. de Administração	-	N/A
Sim	19 de dezembro de 2014			
<p>Claudio Andrade é presidente do Conselho de Administração da Tenda. É sócio da Polo Capital Gestão de Recursos e de várias outras empresas de gestão e ativos imobiliários que fazem parte do portfólio de empresas da Polo. Também é membro do Conselho de Administração da Casa e Vídeo Rio de Janeiro S.A., empresa de varejo. É formado em Administração de Empresas pela EAESP da Fundação Getúlio Vargas.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Claudio Andrade em entidades do terceiro setor.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Claudio Andrade tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p> <p>O somatório líquido das aquisições de ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo conjunto de fundos e carteiras geridos pela Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. e pela Polo Capital Internacional Gestão de Recursos Ltda, atingiram participação relevante de [ACA1] 30,077% do capital social da Companhia, conforme última atualização do Formulário de Referência V14, atualizado em 03/02/2023.</p> <p>Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.</p>				

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores e controladas, controladores e outros.

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.

Nome	Data de Nascimento	Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do Mandato
CPF	Profissão	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Posse	Eleito pelo Controlador?
Membro Independente?	Data de início do primeiro mandato, em caso de mandatos consecutivos			
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de Independência				
Mauricio Luis Luchetti	29/12/1958	Conselho de Administração	19/04/2023	Até AGO que aprovar o exercício de 2024
238.595.985-20	Administrador de Empresas	Conselheiro de Adm. Independente (Efetivo)	-	N/A
SIM	26 de julho de 2017			

Mauricio Luchetti é membro do Conselho de Administração e do Comitê de Pessoas da Tenda. Também é vice-presidente do Conselho de Administração e coordenador do Comitê de Gente e Governança da Estácio Participações S.A., membro dos Conselhos Consultivos da Stefanini IT e da Grand Cru, e, desde 2007, é sócio da Galícia Investimentos. Entre outros cargos que ocupou, atuou como diretor de Gente e Gestão e diretor regional de Operações da Brahma (Ambev), onde trabalhou por 18 anos. Foi também Chief Operating Officer (COO) Brasil na Votorantim Cimentos e Diretor na holding Votorantim S.A. Foi membro dos Conselhos de Administração de diversas companhias abertas, como Taesa Energia, Tempo Assist, JBS, Mangels e Nutriplant. É formado em Administração de Empresas pela PUC-RJ, pós-graduado em Finanças e RH no IAG da PUC-RJ, e fez cursos de extensão em Administração pela Darden School of Business da Universidade da Virginia e pelo INSEAD.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Mauricio Luchetti em entidades do terceiro setor.

A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Mauricio Luchetti tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.

Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores e controladas, controladores e outros.

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.

Nome	Data de Nascimento	Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do Mandato
CPF	Profissão	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Posse	Eleito pelo Controlador?
Membro Independente?	Data de início do primeiro mandato, em caso de mandatos consecutivos			
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de Independência.				
Michele Corrochano Robert	05/11/1977	Conselho de Administração	19/04/2023	Até AGO que aprovar o exercício de 2024
234.245.078-81	Engenheira	Conselheiro de Adm. Independente (efetivo)	-	N/A
Sim	30 de abril de 2021			
<p>Michele Corrochano Robert é atualmente Presidente da Gerdau Summit, uma JV da Gerdau, Sumitomo Stell e JSW). Entre 2019 e 2020 atuou como Gerente Geral para o Brasil na Stericycle Brasil e entre 2015 e 2019 atuou como Diretora de Supply Chain para a América Latina e Presidente para a América Latina na GE – Power Conversion Division. Michele é graduada em Engenharia Industrial e de Sistemas pela University of Florida e em Administração de Cadeia de Suprimentos pela University of Michigan.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento da participação da Sra. Michele Robert em entidades do terceiro setor.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento de que a Sra. Michele Robert tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p> <p>Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.</p> <p>Critérios de Independência: Conselheira Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.</p>				

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores e controladas, controladores e outros.

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.

Nome	Data de Nascimento	Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do Mandato
CPF	Profissão	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Posse	Eleito pelo Controlador?
Membro Independente?	Data de início do primeiro mandato, em caso de mandatos consecutivos:			
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de Independência.				
Flavio Uchôa Teles de Menezes	18/12/1969	Conselho de Administração	19/04/2023	Até AGO que aprovar o exercício de 2024
152.597.248-01	Administrador de Empresas	Conselheiro de Adm. Independente (efetivo)	-	N/A
Sim	26 de julho de 2017			
<p>Flávio Menezes é membro do Conselho de Administração e coordenador do Comitê de Auditoria da Tenda. É diretor na gestora Pátria Investimentos, onde é responsável por investimentos em companhias abertas. Foi sócio-fundador da empresa de asset management Mainstay Capital, sócio da GPS Planejamento Financeiro, sócio-fundador, CEO e membro do Conselho de Administração da MundoMedia S.A e sócio e head de gestão de renda variável do Banco Patrimônio de Investimentos. É formado em Administração de Empresas pela EAESP da Fundação Getúlio Vargas e MBA pela Booth School of Business da Universidade de Chicago.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Flávio Menezes em entidades do terceiro setor.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Flávio Menezes tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p> <p>A Pátria Investimentos Ltda. detém 10,35% do capital social da Companhia, conforme última atualização do Formulário de Referência V8, atualizado em 01/03/2021.</p> <p>Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.</p>				

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores e controladas, controladores e outros.

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.

Nome	Data de Nascimento	Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do Mandato
CPF	Profissão	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Posse	Eleito pelo Controlador?
Membro Independente?	Data de início do primeiro mandato, em caso de mandatos consecutivos			
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de Independência.				
Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves	05/03/1975	Conselho de Administração	19/04/2023	Até AGO que aprovar o exercício de 2024
882.494.845-68	Engenheiro Civil	Conselheiro de Adm. Independente (Efetivo)	-	N/A
Sim	30 de abril de 2021			
<p>Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves foi CEO da TAP Portugal entre 2017 e 2020. Anteriormente foi Presidente da Azul Linhas Aéreas entre 2014 e 2017 e sócios e líder das práticas de Infraestrutura e Real State na McKinsey Brasil entre 2012 e 2014. É graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Possui pós-graduação em Finanças pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e Mestrado em Administração pela The Darden Graduate School of Business. Além disso é membro independente do Conselho de Administração do Grupo Ânima desde 2019 e foi membro independente do Conselho de Administração da Infraero entre 2011/2012.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Antonoaldo Neves tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p> <p>Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.</p> <p>Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.</p>				

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores e controladas, controladores e outros.

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.

Nome	Data de Nascimento	Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do Mandato
CPF	Profissão	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Posse	Eleito pelo Controlador?
Membro Independente?	Data de início do primeiro mandato, em caso de mandatos consecutivos			
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de Independência.				
Marcos Duarte Santos	04/10/1969	Conselho de Administração	19/4/2023	Até AGO que aprovar o exercício de 2024
014.066.837-36	Engenheiro de Produção	Conselheiro de Adm. Independente (Efetivo)	-	N/A
Sim	N/A			

Marcos Duarte Santos é sócio fundador da Polo Capital Gestão de Recursos e de várias outras empresas de gestão e ativos imobiliários que fazem parte do portfólio de empresas da Polo. Atuou como *Portfolio Manager* da Family Office em São Paulo.

Possui vasta experiência como membro de conselhos fiscais em empresas como Tele Norte Celular, Tele Ceara, Tele Espírito Santo, Tim Nordeste, Tim Sul, Brasil Telecom, Oi, e em conselhos de administração em empresas como a Incorporadora Viver, Casa e Vídeo Rio de Janeiro S.A. e Oi, compondo atualmente os conselhos de administração dessas últimas duas empresas.

É formado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e é especializado em *Owner and Presidente*, pela Harvard Business School – OPM48.

Foi Vice Presidente e operador de Renda Fixa da CSFB – Garantia em New York e São Paulo, responsável pelo gerenciamento da carteira própria no México e na Argentina, incluindo o desenvolvimento da infraestrutura local e a distribuição dos produtos *on* e *offshore*, Vice Presidente e operador de Renda Fixa da *Bankers Trust Company* de New York, responsável pelo Mercado de produtos offshore da República Brasileira, incluindo *Bradies*, *eurobonds*, *repos*, *opções*, *swaps* e produtos estruturados, e também Vice Presidente e Operador de Ações da *Bankers Trust Company* do Rio de Janeiro, responsável pela carteira proprietária de ativos listados em bolsas brasileiras. Atuou também no Departamento Macroeconômico do Banco Icatu no Rio de Janeiro, como suporte à mesa de operações.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Marcos Duarte Santos em entidades do terceiro setor.

A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Marcos Duarte Santos tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O somatório líquido das aquisições de ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo conjunto de fundos e carteiras geridos pela Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. e pela Polo Capital Internacional Gestão de Recursos Ltda, atingiram participação relevante de [ACA1] 30,077% do capital social da Companhia, conforme última atualização do Formulário de Referência V14, atualizado em 03/02/2023.

Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores e controladas, controladores e outros.

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.

Anexo III

Informações sobre os membros do Conselho Fiscal Indicados
(Conforme artigo 11 da Resolução CVM 81 – Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)

Nome	Data de nascimento	Órgão da Administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Eleito pelo controlador?
Membro independente?	Data de início do primeiro mandato, em caso de mandatos consecutivos			
Experiência profissional/declarações sobre condenações				
Jose Luiz Ribeiro de Carvalho	23/05/1957	Conselho Fiscal	19/04/2023	Até a AGO que aprovar o exercício de 2023
007.769.948-32	Economista	C.F.(Efetivo) Eleito P/Minor. Ordinaristas	-	N/A
N/A	30 de abril de 2021			
<p>José Luiz Ribeiro de Carvalho é Diretor do GLENIF - Grupo Latino de Estudos das Normas Internacionais de Contabilidade, onde ingressou em outubro de 2019. Foi sócio da KPMG até o ano de 2017. Experiência profissional de mais de 37 anos em auditoria independente, sua atuação além da liderança em projetos de auditoria se dá nas áreas de Governança Corporativa, notadamente em órgãos como Comitês de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Assessoria nas áreas de relatórios financeiros. É graduado em Economia e Ciências Contábeis pela FMU e FET em 1981 e 1985 respectivamente e mestrado em Contabilidade Financeira pela FECAP com previsão para conclusão em meados de 2021.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. José Luiz Ribeiro de Carvalho em entidades do terceiro setor.</p> <p>Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. José Luiz Ribeiro de Carvalho tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>				

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores e controladas, controladores e outros.

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.

Nome	Data de nascimento	Órgão da Administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Eleito pelo controlador?
Membro independente?	Data de início do primeiro mandato, em caso de mandatos consecutivos			
Experiência profissional/declarações sobre condenações				
Laercio Lampiasi	03/11/1960	Conselho Fiscal	19/04/2023	Até a AGO que aprovar o exercício de 2023
044.065.058-57	Contador	C.F.(Efetivo) Eleito P/Minor. Ordinaristas	-	N/A
N/A	25 de abril de 2018			

Laércio Lampiasi é membro titular do Conselho Fiscal da Tenda. É gerente de planejamento tributária da Gafisa S.A., onde trabalha desde 2001. Iniciou a carreira como estagiário na PRODAM, empresa de processamento de dados da Prefeitura do Município de São Paulo. Também atuou na União Associação Brasileira de Pecúlios (de 1982 a 1986), na Arcesp Previdência Privada (de 1986 a 1987) e na Reichhold S.A. (de 1988 a 2001). É graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID) e pós-graduado em Controladoria pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e em Gestão Empresarial pela Fundação Instituto de Administração (FIA) da Universidade de São Paulo (USP).

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Laércio Lampiasi em entidades do terceiro setor.

Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.

A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Laércio Lampiasi tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores e controladas, controladores e outros.

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.

Nome	Data de nascimento	Órgão da Administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Eleito pelo controlador?
Membro independente?	Data de início do primeiro mandato, em caso de mandatos consecutivos			
Experiência profissional/declarações sobre condenações				
Fábio Antônio Pereira	16/07/1967	Conselho Fiscal	19/04/2023	Até a AGO que aprovar o exercício de 2023
105.056.268-29	Administrador de Empresas	C.F.(Efetivo) Eleito P/Minor. Ordinaristas	-	N/A
N/A	25 de abril de 2018			
<p>Fábio Pereira é membro titular do Conselho Fiscal da Tenda. É CFO da Armco do Brasil S.A. É também membro do Conselho Fiscal da Multiner S.A. e da Mesa Participações S.A., empresas do ramo de energia. Iniciou a carreira na Arthur Andersen, onde permaneceu de 1989 a 2003, tendo posteriormente atuado na Deloitte. Posteriormente, foi diretor de Controladoria, Tributário e de Controles Internos em diversas empresas, tais como Grupo SBF (Lojas Centauro), Gafisa, Gol e Cosern (Grupo Neoenergia). Foi CFO da ID&T e do Grupo Fast Solutions. É graduado em Administração de Empresas pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) e em Ciências Contábeis pela Universidade Paulista (UNIP), e possui MBA em Gestão de Negócios pela FGV-RJ.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Fábio Pereira em entidades do terceiro setor.</p> <p>Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Fábio Pereira tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>				

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle, mantidas nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores e controladas, controladores e outros.

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.

Nome	Data de nascimento	Órgão da Administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Eleito pelo controlador?
Membro independente?	Data de início do primeiro mandato, em caso de mandatos consecutivos			
Experiência profissional/declarações sobre condenações				
Carlos Eduardo Parente de Oliveira Alves	20/06/1977	Conselho Fiscal	19/04/2023	Até a AGO que aprovar o exercício financeiro de 2023
079.968.627-10	Engenheiro	C.F.(Suplente) Eleito P/Minor. Ordinaristas	-	N/A
N/A	30 de abril de 2021			

Carlos Eduardo Parente de Oliveira Alves é sócio da Polo Capital Gestão de Recursos Ltda., onde atua na área de gestão desde abril de 2003. Iniciou sua carreira em 2000 no Banco UBS como Analista de ações para setor elétrico e de saneamento. É graduado em Engenharia de Produção Elétrica pela PUC-Rio.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Carlos Eduardo Parente de Oliveira Alves em entidades do terceiro setor.

O somatório líquido das aquisições de ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo conjunto de fundos e carteiras geridos pela Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. e pela Polo Capital Internacional Gestão de Recursos Ltda, atingiram participação relevante de 30,077% do capital social da Companhia, conforme última atualização do Formulário de Referência V14, atualizado em 03/02/2023.

A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Carlos Eduardo Parente de Oliveira Alves tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores e controladas, controladores e outros.

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.

Nome	Data de nascimento	Órgão da Administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Eleito pelo controlador?
Membro independente?	Data de início do primeiro mandato, em caso de mandatos consecutivos			
Experiência profissional/declarações sobre condenações				
Edson Torquato da Silva	01/02/1977	Conselho Fiscal	19/04/2023	Até a AGO que aprovar o exercício financeiro de 2023
256.683.018-50	Administrador de Empresas e Contador	C.F.(Suplente) Eleito P/Minor. Ordinaristas	-	N/A
N/A	25 de abril de 2018			
<p>Edson Torquato da Silva é membro suplente do Conselho Fiscal da Tenda. É gerente contábil e fiscal da Guerbet Produtos Radiológicos Ltda. Foi contador da Zoetis Brasil, coordenador de controladoria da Natura e contador da Gafisa S.A. É graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Braz Cubas e Pós-Graduado em Controladoria pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Edson Torquato da Silva em entidades do terceiro setor.</p> <p>Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Edson Torquato da Silva tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>				

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores e controladas, controladores e outros.

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.

Nome	Data de nascimento	Órgão da Administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Eleito pelo controlador?
Membro independente?	Data de início do primeiro mandato, em caso de mandatos consecutivos			
Experiência profissional/declarações sobre condenações				
Renato Justo Stivanin	28/06/1985	Conselho Fiscal	19/04/2023	Até a AGO que aprovar o exercício financeiro de 2023
327.805.238-24	Economista	C.f.(suplente) eleito P/minor. Ordinaristas	-	N/A
N/A	25 de abril de 2018			
<p>Renato Justo Stivanin é membro suplente do Conselho Fiscal da Tenda. É vice-presidente na Pátria Investimentos, onde é responsável pela diligência, modelagem financeira e desenvolvimento de teses de investimentos. Foi analista de investimentos na Ujay Capital e no Barclays Capital. É graduado em Economia pela FEA-USP.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Renato Justo Stivanin em entidades do terceiro setor.</p> <p>A Pátria Investimentos Ltda. detém 10,35% do capital social da Companhia, conforme última atualização do Formulário de Referência V8, atualizado em 01/03/2021.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Renato Justo Stivanin tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>				

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores e controladas, controladores e outros.

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.

Anexo IV

Informações sobre a remuneração dos Administradores da Companhia
(Conforme artigo 13 da Resolução CVM 81 – Seção 8 do Formulário de Referência)

8.1. Política ou prática de remuneração

Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos¹

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Remuneração de Administradores, aprovada por seu Conselho de Administração em 17 de dezembro de 2019, e que se encontra disponível para consulta no site de relações com investidores da Companhia (<https://ri.tenda.com>).

A Política de Remuneração dos Administradores ("Política"), aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, visa determinar os critérios e modelos de remuneração do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento, do Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia, em linha com as melhores práticas de remuneração e de governança corporativa assessorados por consultorias externas conceituadas no mercado, sendo que anualmente é aprovado em AGO (Assembleia Geral Ordinária) a remuneração global dos diretores estatutários.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Comitê de Pessoas (antigo Comitê de Remuneração, Nomeação e Governança Corporativa) faz recomendações com base em estudos salariais frequentemente atualizados para subsidiar a tomada de decisão do Conselho de Administração.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Anualmente o Comitê de Pessoas recomenda a remuneração individual dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração com base em estudos desenvolvidos por consultorias especializadas. Os estudos levam em consideração empresas líderes de mercado, de porte equivalente, de diferentes setores de atuação e com nível equivalente de governança corporativa.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

¹ As informações sobre a política de remuneração devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

O Conselho de Administração verifica a política de remuneração anualmente, visando a manutenção da atratividade e a retenção dos administradores da Companhia, eventualmente realizando os ajustes de estratégia que entender necessário para tal finalidade.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

a) Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa e incentivo de longo prazo, na forma de programas de ações restritas.

A remuneração do Conselho de Administração é definida considerando a mediana de mercado, com base em pesquisa realizada por consultoria externa para as posições de conselheiro, coordenador de comitê e presidente do conselho de administração.

Os programas de ações restritas direcionados ao conselho neste ano representam aproximadamente 42% do valor total da remuneração, possuem 2 (dois) anos de *vesting*. Quando outorgados, com frequência máxima bianual, são aprovados pelo próprio Conselho de Administração e não podem sofrer qualquer tipo de modificação posterior sem aprovação em assembleia geral de acionistas.

Membros do Conselho de Administração não possuem qualquer tipo de benefício, porém são reembolsados em suas despesas de viagem (transportes, hotel, etc.) ao atenderem as reuniões e viagens relacionadas à Companhia.

b) Diretoria

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus à remuneração fixa, variável de curto prazo e incentivos de longo prazo baseado em ações.

Os valores pagos a título de remuneração fixa, variável de curto prazo e incentivos de longo prazo são auferidos junto ao mercado via contratação de consultoria externa. A parcela variável tem significativa representatividade na remuneração total, permitindo maior alinhamento de interesses entre os executivos e acionistas.

O objetivo da remuneração variável de curto prazo é recompensar o resultado do ano, caso as metas estabelecidas para o período sejam atingidas ou superadas. Da mesma forma, os incentivos de longo prazo, baseados em opção de compra de ações e programas de ações restritas, visam recompensar o resultado de um período mais longo, geralmente a partir de 3 (três) anos.

Adicionalmente à remuneração fixa e variável, a Companhia oferece a seus diretores estatutários os benefícios de assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida e vale refeição, os quais são estabelecidos de acordo com o padrão de mercado e convenção coletiva.

c) Conselho Fiscal

A política de remuneração dos membros do Conselho Fiscal é estabelecida seguindo a legislação existente em vigor. A Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam remuneração de, no mínimo, 10% do valor médio pago anualmente aos diretores. Os membros do conselho fiscal não possuem remuneração variável e benefícios.

d) Comitês

Todos os administradores da companhia que são membros de comitês de assessoramento não recebem remuneração específica pelo fato de atuarem nos Comitês.

- *seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor*

As práticas de Remuneração dos Administradores, aprovada em reunião do Conselho de Administração da Construtora Tenda S.A. ("Companhia"), visa determinar os critérios e modelos de remuneração do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento, do Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia, em linha com as melhores práticas de remuneração e de governança corporativa assessorados por consultorias externas conceituadas no mercado, sendo que anualmente é aprovado em AGO (Assembleia Geral Ordinária) a remuneração global dos diretores estatutários.

- *sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais*

a) Conselho de Administração

No exercício de 2022, a remuneração total do Conselho de Administração esteve alocada da seguinte forma: 58% de remuneração fixa e 42% de incentivos de longo prazo. No exercício social de 2021, a remuneração total do Conselho de Administração esteve alocada da seguinte forma: 65% de remuneração fixa e 35% de incentivos de longo prazo. Em 2020, a remuneração total do Conselho de Administração esteve alocada da seguinte forma: 53% de remuneração fixa e 47% de incentivos de longo prazo.

b) Diretoria Estatutária

No exercício social de 2022, a remuneração total da Diretoria Estatutária esteve alocada da seguinte forma: 50% de remuneração fixa, 30% de incentivos a curto prazo e 20% de incentivos de longo prazo. No exercício social de 2021, a remuneração total da Diretoria Estatutária esteve alocada da seguinte forma: 75% de remuneração fixa, 1% de incentivos a curto prazo e 24% de incentivos a longo prazo. No exercício social de 2020, a remuneração total da Diretoria Estatutária esteve alocada da seguinte forma: 43% de remuneração fixa, 7% de incentivos a curto prazo e 50% de incentivos de longo prazo.

c) Conselho Fiscal

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 a remuneração total do Conselho Fiscal esteve alocada da seguinte forma em 100% de remuneração fixa.

d) Comitês

Os administradores da companhia que atuam como membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração não recebem remuneração específica pelo fato de participarem dos Comitês.

- *sua metodologia de cálculo e de reajuste*

Os valores de remuneração praticados pela Companhia aos seus administradores e empregados são comparados periodicamente com o mercado, por meio de pesquisas realizadas por consultorias especializadas, de forma que se possa aferir a sua competitividade e eventualmente avaliar a necessidade de ajuste em algum dos componentes. As pesquisas englobam empresas líderes de mercado, de porte equivalente, de diferentes setores de atuação e com nível equivalente de governança corporativa.

- *principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG*

A remuneração variável de curto prazo está diretamente relacionada aos indicadores contidos no *scorecard* da Companhia, o qual é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração e contém as metas definidas para o

período, como por exemplo, retorno sobre o patrimônio líquido ("ROE"), geração de caixa, EBITDA, volume de repasses, entre outros.

O incentivo de longo prazo outorgado aos diretores sob o formato de programa de ações restritas considera um patamar mínimo de valorização da ação (incluindo-se a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio – JCP), comparada à expectativa interna de valorização da ação e com benchmarks. Ambos os aspectos compõem uma matriz de apuração e são definidos objetivamente pelo Conselho no momento da outorga de cada programa.

O incentivo de longo prazo outorgado aos conselheiros sob o formato de programa de ações restritas considera unicamente o valor da ação na data de outorga.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia adota um modelo de composição da remuneração que concentra uma parcela significativa da remuneração total nos componentes variáveis tanto de curto como de longo prazo, o que é parte de sua política de compartilhar o risco e o resultado com seus administradores. As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados, alinhadas às práticas de mercado.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável. Uma vez que não existem membros não remunerados na Administração da Companhia.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Na data deste Formulário de Referência, não há remuneração dos administradores que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

As opções outorgadas nos programas de opção de compra de ações terão seus prazos de carência antecipados e poderão ser exercidas, total ou parcialmente, pelo prazo de 90 (noventa) dias, assim como as ações restritas outorgadas no programa de ações restritas terão seus prazos de carência antecipados e os Beneficiários Tenda terão direito a receber as referidas ações restritas no prazo de até 60 (sessenta) dias, caso:

i. O Beneficiário seja rebaixado de posição na Companhia ou caso ocorra o término do contrato de trabalho ou do mandato do Beneficiário, sem justa causa, por iniciativa da Companhia, em até 2 (dois) anos contados a partir dos seguintes eventos:

a. da realização de qualquer operação de incorporação, incorporação de ações, fusão, cisão, ou outra forma de reorganização da Companhia, tenha esta sido a sociedade remanescente, e pela qual o patrimônio líquido anterior da Companhia passe a representar parcela inferior a 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da companhia resultante (ou da companhia de maior porte, no caso de cisão);

b. da aquisição de participação equivalente a 30% (trinta por cento) ou mais do capital social da Companhia por pessoas naturais ou jurídicas agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, inclusive se sujeitas a controle comum ou coligadas entre si, qualquer que tenha sido a forma de aquisição de tal participação, seja em uma ou mais operações;

- c. da dissolução da Companhia.
- ii. Caso se concretize uma oferta pública de ações ("OPA") para cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM");
- iii. Ocorra qualquer OPA que possa resultar na redução das ações em circulação a percentual inferior a 25% (vinte e cinco por cento) ou que decorra de tal redução, inclusive eventuais OPAs previstas no estatuto social da Companhia;

8.2. Remuneração total por órgão

ANO 2023 - PREVISTO	Conselho Administra ção	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de Membros	6,33	11,00	3,00	20,33
Nº de membros remunerados	6,33	11,00	3,00	20,33
Remuneração fixa anual em reais	3.096.480	11.376.896	432.000	14.905.376
Salário ou pró-labore	2.580.400	8.293.500	360.000	11.233.900
Benefícios diretos e indiretos	na	1.424.696	na	1.424.696
Remuneração por participação em comitês	na	na	na	0
Outros (INSS)	516.080	1.658.700	72.000	2.246.780
Remuneração variável em reais	703.579	16.770.132	0	17.473.711
Bônus	na	na	na	0
Participação nos resultados	na	7.817.250	na	7.817.250
Remuneração por participação em reuniões	na	na	na	0
Comissões	na	na	na	0
Outros	na	na	na	0
Benefícios pós-emprego	na	na	na	0
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	na	na	na	0
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	703.579	8.952.882	na	9.656.461
Total da Remuneração em reais	3.800.059	28.147.028	432.000	32.379.088

ANO 2022	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de Membros	7,00	14,08	3,00	24,08
Nº de membros remunerados	7,00	14,08	3,00	24,08
Remuneração fixa anual em reais	3.312.000	14.235.244	432.000	17.979.244
Salário ou pró-labore	2.760.000	10.600.733	360.000	13.720.733
Benefícios diretos e indiretos	na	1.514.339	na	1.514.339
Remuneração por participação em comitês	na	na	na	0
Outros (INSS)	552.000	2.120.172	72.000	2.744.172
Remuneração variável em reais	2.429.186	13.858.231	0	16.287.417
Bônus	na	na	na	0
Participação nos resultados	na	8.731.231	na	8.731.231
Remuneração por participação em reuniões	na	na	na	0
Comissões	na	na	na	0
Outros	na	na	na	0
Benefícios pós-emprego	na	na	na	0
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	na	na	na	0
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	2.429.186	5.127.000	na	7.556.186
Total da Remuneração em reais	5.741.186	28.093.475	432.000	34.266.661

ANO 2021	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de Membros	7,00	16,25	3,00	26,25
Nº de membros remunerados	7,00	16,25	3,00	26,25
Remuneração fixa anual em reais	3.176.129	14.024.040	432.000	17.632.169
Salário ou pró-labore	2.646.774	10.468.956	360.000	13.475.731
Benefícios diretos e indiretos	na	1.461.293	na	1.461.293
Remuneração por participação em comitês	na	na	na	0
Outros (INSS)	529.355	2.093.791	72.000	2.695.146
Remuneração variável em reais	1.725.711	4.613.114	0	6.338.825
Bônus	na	na	na	0
Participação nos resultados	na	179.550	na	179.550
Remuneração por participação em reuniões	na	na	na	0
Comissões	na	na	na	0
Outros	na	na	na	0
Benefícios pós-emprego	na	na	na	0
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	na	na	na	0
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	1.725.711	4.433.564	na	6.159.275
Total da Remuneração em reais	4.901.840	18.637.155	432.000	23.970.994

ANO 2020	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de Membros	7,00	14,75	3,00	24,75
Nº de membros remunerados	7,00	14,75	3,00	24,75
Remuneração fixa anual em reais	2.554.200	11.553.183	224.205	14.331.588
Salário ou pró-labore	2.187.000	8.506.527	186.838	10.880.364
Benefícios diretos e indiretos	na	1.248.436	na	1.248.436
Remuneração por participação em comitês	na	na	na	0
Outros (INSS)	367.200	1.798.220	37.368	2.202.787
Remuneração variável em reais	2.283.808	15.452.932	0	17.736.740
Bônus	na	na	na	0
Participação nos resultados	na	1.919.099	na	1.919.099
Remuneração por participação em reuniões	na	na	na	0
Comissões	na	na	na	0
Outros	na	na	na	0
Benefícios pós-emprego	na	na	na	0
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	na	na	na	0
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	2.283.808	13.533.832	na	15.817.640
Total da Remuneração em reais	4.838.008	27.006.115	224.205	32.068.328

8.3. Remuneração variável

ANO 2023 - PREVISTO	Conselho Administração	Diretório a Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Nº total de Membros	6,33	11,00	3,00	20,33
Nº de membros remunerados	0,00	11,00	0,00	11,00
Em relação ao Bônus:				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Em relação à Participação nos Resultados:				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	2.736.038	N/A	2.736.038
valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	7.817.250	N/A	7.817.250
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	7.817.250	N/A	7.817.250

ANO 2022	Conselho Administração	Diretório a Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Nº total de Membros	7,00	15,06	3,00	25,06
Nº de membros remunerados	0,00	13,00	0,00	13,00
Em relação ao Bônus:				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Em relação à Participação nos Resultados:				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	8.731.231,00	N/A	8.731.231,00
valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	8.731.231,00	N/A	8.731.231,00
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	8.731.231,00	N/A	8.731.231,00
valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	8.731.231,00	N/A	8.731.231,00

ANO 2021	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Nº total de Membros	7,00	16,25	3,00	26,25
Nº de membros remunerados	0,00	16,25	0,00	16,25
Em relação ao Bônus:				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	0,00
valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	0,00
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	0,00
valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	0,00
Em relação à Participação nos Resultados:				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	179.550,00	N/A	179.550,00
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	179.550,00	N/A	179.550,00
valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	179.550,00	N/A	179.550,00

ANO 2020	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Nº total de Membros	7,00	14,75	3,00	24,75
Nº de membros remunerados	0,00	14,75	0,00	14,75
Em relação ao Bônus:				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	0,00
valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	0,00
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	0,00
valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	0,00
Em relação à Participação nos Resultados:				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	1.919.099,43	N/A	1.919.099,43
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	1.919.099,43	N/A	1.919.099,43
valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	1.919.099,43	N/A	1.919.099,43

8.4. Plano de remuneração baseado em ações

Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

No âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia, são elegíveis para participar os administradores e empregados de alto nível da Companhia indicados pela Diretoria com base em critérios de avaliação de performance e aprovados pelo Conselho de Administração.

Dentro dos limites estabelecidos pelo plano de opção de compra de ações da Companhia, o Conselho de Administração é responsável por realizar outorgas de opções, estabelecendo os termos e condições específicas aplicáveis a cada outorga em programas de opção de compra de ações ("Programas Tenda"), nos quais podem ser definidos:

- (i) os administradores e empregados da Companhia que serão beneficiários do programa ("Beneficiários Tenda");
- (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga e sua divisão em lotes;
- (iii) o preço de exercício e eventuais descontos;
- (iv) o prazo de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida, os períodos para o exercício das opções e as datas limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão;
- (v) restrições à disponibilidade das ações recebidas pelo exercício da opção; e
- (vi) metas relacionadas ao desempenho dos empregados, dos administradores ou da Companhia.

O Conselho de Administração pode ainda optar por delegar suas funções a um Comitê específico. Atualmente, o Comitê de Pessoas é responsável por analisar e recomendar todas as ações relacionadas à remuneração e incentivos de longo prazo, para aprovação do Conselho de Administração.

Os Beneficiários Tenda contemplados pelas outorgas celebram com a Companhia seus respectivos contratos de outorga de opção de compra de ações ("Contratos de Opção Tenda"), por meio dos quais os Beneficiários Tenda têm a opção de comprar lotes de ações de emissão da Companhia, de acordo com os termos e condições do plano de opção de compra de ações e do Programa Tenda correspondente. Os Contratos de Opção Tenda podem prever condições específicas aplicáveis a determinado Beneficiário.

O plano de opção de compra de ações da Companhia também estabelece a possibilidade de que o Conselho de Administração outorgue opções diferenciadas a determinados Beneficiários Tenda ("Opções Adicionais Tenda"), pelo preço de exercício de R\$ 0,01. O exercício das Opções Adicionais Tenda, se outorgadas, será sempre condicionado e proporcional ao prévio exercício das demais opções previstas no plano de opção de compra de ações da Companhia e outorgadas a cada Beneficiário Tenda ("Opções Convencionais"), cujo preço de exercício será sempre calculado conforme o valor de mercado e ao decurso de um prazo de carência contado da data da respectiva outorga.

Plano de Outorga de Ações Restritas

No âmbito do plano de outorga de ações restritas da Companhia, são elegíveis para participar os administradores, conselheiros e empregados de alto nível da Companhia indicados pela Diretoria com base em critérios de avaliação de performance e aprovados pelo Conselho de Administração.

Obedecidas as condições gerais do plano, o Conselho de Administração, na medida em que for permitido por lei e pelo estatuto social da Companhia, terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do plano de outorga de ações restritas e dos respectivos programas, incluindo:

- (i) criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de ações restritas, observados os termos gerais do plano, e a solução de dúvidas de interpretação do plano e dos respectivos programas;
- (ii) a eleição dos Beneficiários Tenda e a autorização para outorgar ações restritas em seu favor, estabelecendo todas as metas e condições de aquisição de direitos relacionados às ações restritas a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente, observados os termos e princípios do plano de outorga de ações restritas e o disposto nos respectivos contratos de outorga;
- (iii) a autorização para alienação de ações em tesouraria para satisfazer a outorga das ações restritas, nos termos do plano e da ICVM 567;
- (iv) definir metas relacionadas ao desempenho dos Beneficiários Tenda e/ou da Companhia, de forma a estabelecer critérios objetivos para o recebimento das ações restritas, sendo certo que o Conselho de Administração poderá, a seu critério, alterar ou modificar tais metas para evitar distorções decorrentes de eventos e/ou cenários não previstos pela Companhia;
- (v) tomar quaisquer providências necessárias para a administração do plano e dos respectivos programas;
- (vi) propor eventuais alterações ao plano a serem submetidas à aprovação da assembleia geral extraordinária; e
- (vii) a criação de programas e a definição da quantidade de ações restritas objeto de cada programa.

O plano será administrado pelo Conselho de Administração, podendo contar com um comitê consultivo criado ou indicado pelo Conselho de Administração para assessorá-lo na administração do plano e dos programas, cabendo, no entanto, qualquer decisão ao Conselho de Administração.

Ainda, de acordo com o plano de outorga de ações restritas:

- (a) o Conselho de Administração da Companhia somente poderá aprovar 1 (um) programa de outorga de ações restritas por ano, que seja destinado a membros do Conselho de Administração; e
- (b) qualquer alteração a referido programa, após sua aprovação, somente poderá ser realizada mediante autorização da assembleia geral de acionistas da Companhia.

A outorga de ações restritas é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e cada um dos Beneficiários Tenda, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração:

- (i) o *target* de ações restritas objeto da outorga;
- (ii) os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às ações restritas;
- (iii) as métricas de desempenho; e
- (iv) a possibilidade de incidência de tributos sobre a entrega de ações, inclusive o imposto de renda retido sobre a fonte ("IRRF"), mediante a redução de parte das ações restritas a serem conferidas.

b. data de aprovação e órgão responsável

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

O Plano foi aprovado pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/08/2014.

Planos de Outorga de Ações Restritas

Os Planos 2018 e 2022 foram aprovados pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária, respectivamente, realizadas em 04/10/2018 e 25/04/2022.

c. número máximo de ações abrangidas

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

A quantidade máxima de Ações Convencionais que podem ser objeto de outorga de opções, considerados de forma agregada no plano de opção de compra de ações da Companhia, é equivalente a 10% das ações representativas do capital social da Companhia, com exceção das Opções Adicionais Tenda, as quais não integram referido limite, já considerado o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções outorgadas.

Planos de Outorga de Ações Restritas

Poderão ser entregues aos Beneficiários Tenda, no âmbito deste plano, ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) das ações representativas do capital social da Companhia na data de aprovação do plano.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

Cada opção assegura ao Beneficiário Tenda o direito de adquirir uma ação ordinária da Companhia. Sendo assim, a quantidade de opções a serem outorgadas está atrelada ao limite de diluição descrito no item "c" acima.

Planos de Outorga de Ações Restritas

Cada ação restrita outorgada assegura ao Beneficiário Tenda o direito de receber, mediante atingimento de indicadores específicos (se aplicável), uma ação ordinária da Companhia. Sendo assim, a quantidade de ações a serem outorgadas está atrelada ao limite de diluição descrito no item "c" acima.

e. condições de aquisição de ações

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

Como regra geral, as opções outorgadas sob o modelo convencional de outorga devem ser adquiridas pelo preço de exercício equivalente ao valor de mercado, sendo que este preço pode estar sujeito à correção monetária e à incidência de juros, conforme estipulado pelo Conselho de Administração em cada Programa Tenda.

As Opções Adicionais Tenda, quando outorgadas, sempre podem ser adquiridas pelo preço de exercício de R\$ 0,01 (um centavo), e, por se tratar de opções que representam um fator de ajuste do benefício total que pode eventualmente ser auferido pelo Beneficiário Tenda, aplicam-se as condições descritas a seguir: as Opções Adicionais Tenda têm seu exercício condicionado ao número de Opções Convencionais previamente exercidas.

Planos de Outorga de Ações Restritas

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos contratos de outorga, os direitos dos Beneficiários Tenda de efetivamente receberem as ações restritas outorgadas somente serão plenamente adquiridos se verificadas, cumulativamente, as seguintes condições, conforme aplicáveis: (i) os Beneficiários Tenda permanecerem continuamente vinculados como administradores ou empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, durante o período de carência; e (ii) sejam atingidas, pela Companhia, determinadas métricas de desempenho pautadas no retorno total do acionista ("TSR") da Companhia, comparado ao custo de capital próprio, *benchmark* de TSR e IBRX100 ou outro índice, conforme parâmetros a serem definidos pelo Conselho de Administração no programa e respectivos contratos de outorga.

Ao final de cada período de carência, o Conselho de Administração verificará o cumprimento das condições estabelecidas no item acima e demais condições previstas no respectivo contrato de outorga e confirmará a quantidade de ações restritas a que o Beneficiário Tenda faz jus a receber (“Ações Maturadas”), sendo que a Companhia deverá transferir as referidas Ações Maturadas ao Beneficiário Tenda após as devidas retenções de tributos, inclusive mediante redução no número de ações em razão da retenção de tributos, se aplicável, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do término do período de carência ou outro prazo acordado com o Beneficiário Tenda em questão.

Os Beneficiários Tenda que sejam membros do Conselho de Administração da Companhia não poderão negociar com as ações restritas recebidas da Companhia pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar da data de transferência das ações restritas pela Companhia ao Beneficiário Tenda em questão (“Lock-Up”).

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício será determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Pessoas, conforme o caso, quando do lançamento do Programa Tenda aplicável, e será equivalente: (i) caso a Companhia não tenha ações negociadas em bolsa de valores quando do lançamento do Programa Tenda, ao valor apurado em avaliação realizada por banco ou empresa independente; ou (ii) caso a Companhia tenha ações negociadas em bolsa de valores quando do lançamento do Programa Tenda, à cotação média das ações nos últimos 30 (trinta) pregões na B3, anteriores à data da outorga da opção.

Em Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

Em qualquer caso, o preço de exercício poderá ser atualizado com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Pessoas, conforme o caso.

O Conselho de Administração ou o Comitê de Pessoas, conforme o caso poderá determinar, quando do lançamento de cada Programa Tenda, que seja deduzido do preço de exercício a ser pago pelos Beneficiários Tenda o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação, declarados pela Companhia a partir de data da outorga até a data do efetivo exercício da Opção Convencional.

Exclusivamente na hipótese de as deduções mencionadas no parágrafo anterior serem superiores ao valor do preço de exercício a ser pago pelo Beneficiário Tenda, o crédito gerado ao Beneficiário Tenda perante a Companhia poderá ser compensado mediante a outorga de Opções Adicionais Tenda, a critério do Conselho de Administração ou Comitê, conforme o caso, na forma a ser determinada em cada Programa Tenda e sempre de acordo com as regras do plano.

O preço de exercício das Opções Adicionais Tenda, se outorgadas, será de R\$ 0,01 (um centavo), observadas as disposições deste plano. Não será aplicável ao preço de exercício das Opções Adicionais Tenda a regra disposta no segundo parágrafo deste tópico.

O preço de exercício será pago pelos Beneficiários Tenda à vista, no ato da aquisição, ou na forma determinada pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Pessoas para cada Programa Tenda.

Planos de Outorga de Ações Restritas

Não aplicável. Por se tratar de plano de outorga de ações restritas, ao final do período de carência os Beneficiários Tenda recebem as ações sem custo de exercício, desde que cumpridos todos os outros requisitos estabelecidos no plano.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

Conforme mencionado nos subitens “a” a “i” acima, as Opções Adicionais Tenda, quando outorgadas, sempre podem ser adquiridas pelo preço de exercício de R\$ 0,01 (um centavo), e, por se tratar de opções que representam um fator de ajuste do benefício total que pode eventualmente ser auferido pelo Beneficiário Tenda, aplicam-se as condições descritas a seguir: as Opções Adicionais Tenda têm seu exercício condicionado ao número de Opções Convencionais previamente exercidas. O preço de exercício será pago pelos Beneficiários Tenda à vista, no ato da aquisição, ou na forma determinada pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Pessoas para cada Programa Tenda.

Planos de Outorga de Ações Restritas

Não há prazo de exercício das outorgas pelo Beneficiário, uma vez satisfeitas as condições previstas no Plano, após o Período de Carência, e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia transferirá, a título não oneroso, por meio de operação privada, para o nome dos Beneficiários, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados do término do Período de carência. Não há a necessidade de se solicitar o resgate das ações restritas, ou mesmo a necessidade de se exercer algo, já que o Plano de Ações Restritas não utiliza o conceito de opções.

h. forma de liquidação

Em geral, as ações correspondentes às opções exercidas pelos Beneficiários Tenda serão emitidas, sendo que o aumento de capital correspondente, sempre no limite do capital autorizado, será homologado pelo Conselho de Administração. A Companhia também utilizar-se-á de ações mantidas em tesouraria para fazer frente ao exercício de opções.

Nos Programas Tenda aprovados até a data deste documento, a regra geral é que o preço de exercício seja pago à vista, no ato da subscrição ou compra das ações correspondentes.

i. restrições à transferência das ações

Para os Programas Tenda emitidos no âmbito do plano de opção de compra de ações haverá um período de Lock-Up, compreendendo 25% a 40% das opções exercidas. O prazo de vencimento do Lock-Up destes Programas Tenda é de 10 anos após a data de outorga das opções.

Para os programas emitidos no âmbito do plano de outorga de ações restritas, haverá um período de Lock-Up, compreendendo 100% das ações exercidas, com prazo de vencimento em 2 anos após a data da transferência das ações aos membros do Conselho de Administração.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O plano de opção de compra de ações da Companhia poderá ser alterado ou extinto pelo Conselho de Administração. Não obstante a competência do Conselho de Administração, nenhuma decisão pode: (i) aumentar o limite total das ações que possam ser conferidas pelo exercício de opções outorgadas; ou (ii) alterar ou prejudicar, sem o consentimento do Beneficiário Tenda, quaisquer direitos ou obrigações de qualquer acordo ou outorga existente sobre opção de compra de ações.

Na hipótese de cisão da Companhia ou de redução de seu capital social: (i) enquanto a Companhia não tiver suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, o preço de exercício das opções não exercidas será ajustado de acordo com o valor equivalente do patrimônio líquido efetivamente transferido ou reduzido, conforme o caso; ou (ii) a partir do momento que as ações da Companhia sejam admitidas à negociação em bolsa de valores, o preço de exercício será ajustado de acordo com os critérios fixados pelo Conselho de Administração.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações

admitidas à negociação em bolsa de valores, o plano de opção de compra de ações da Companhia terminará e as opções dos Programas Tenda em vigor, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê de Pessoas, conforme o caso, poderá ser transferido para a companhia sucessora ou terão seus prazos de carência antecipados, por determinado prazo, para que possam ser exercidas pelo Beneficiário Tenda. Após o referido prazo, o plano de opção de compra de ações da Companhia terminará e todas as opções não exercidas caducarão sem direito a qualquer indenização.

O Conselho de Administração ou o Comitê de Pessoas, conforme o caso poderá determinar, em cada Programa Tenda, que, caso a Companhia venha a ter suas ações negociadas em bolsa de valores e seja realizada: (i) uma OPA para cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta perante a CVM; ou (ii) qualquer OPA que possa resultar na redução das ações em circulação a percentual inferior a 25% ou que decorra de tal redução, inclusive eventuais OPAs previstas no estatuto social da Companhia, as opções outorgadas no âmbito do Programa Tenda terão seus prazos de carência antecipados e, caso aplicável, o período mínimo de indisponibilidade liberados, e poderão ser exercidas, total ou parcialmente, durante o prazo da OPA ou, se aplicável, durante o prazo adicional previsto em normal legal ou regulamentar.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

Nos termos do plano de opção de compra de ações, o desligamento do Beneficiário Tenda terá os seguintes efeitos sobre as opções outorgadas, conforme o motivo de sua saída:

- (i) **Término do contrato de trabalho ou do Mandato do beneficiário por justa causa:** todas as opções cujos prazos de carência não tenham decorrido, serão extintas. As opções cujos prazos de carência já tenham decorrido, poderão ser exercidas no prazo de até 30 dias a contar do evento que originar o término do contrato ou mandato.
- (ii) **Término do contrato de trabalho ou do Mandato do beneficiário sem justa causa, por demissão voluntária ou Aposentadoria:** todas as opções cujos prazos de carência não tenham decorrido, serão extintas. As opções cujos prazos de carência já tenham decorrido, poderão ser exercidas no prazo de até 30 dias a contar do evento que originar o término do contrato ou mandato.
- (iii) **Término do contrato de trabalho ou do Mandato do beneficiário sem justa causa por iniciativa da companhia:** As opções cujos prazos de carência já tenham decorrido, poderão ser exercidas no prazo de até 30 dias a contar do evento que originar o término do contrato ou mandato. As opções cujos prazos de carência ainda não tenham decorrido, poderão ser exercidas ao final do último Prazo de carência aplicável as opções do Beneficiário, a quantidade de opções proporcional ao prazo trabalhado.
- (iv) **Falecimento ou Invalidez permanente do Beneficiário:** As opções cujos prazos de carência já tenham decorrido, poderão ser exercidas no prazo de até 12 meses contados do último Prazo de carência aplicável as opções do Beneficiário. As opções cujos prazos de carência ainda não tenham decorrido, poderão ao final do prazo de carência de todas as opções.

Em todos estes casos, exceto por falecimento ou invalidez permanente, as restrições à transferência das ações que lhes sejam aplicáveis permanecerão em vigor.

Plano de Outorga de Ações Restritas

O Conselho de Administração ou o Comitê de Pessoas, conforme o caso, determinará: (i) se o período de restrição para alienação das ações estabelecido no Programa Tenda deverá permanecer em vigor; e (ii) o tratamento a ser dado às Opções Adicionais Tenda eventualmente outorgadas ao Beneficiário Tenda, na hipótese de término do contrato de trabalho ou mandato do Beneficiário Tenda, sem justa causa.

Nos termos do plano de outorga de ações restritas da Companhia, o desligamento do Beneficiário Tenda terá os seguintes efeitos sobre as ações a ele outorgadas, conforme o motivo de sua saída:

(i) por vontade própria, por meio de demissão voluntária ou renúncia ao cargo de administrador; ou (b) por vontade da Companhia, por meio de demissão por justa causa nos termos da legislação em vigor ou destituição do seu cargo de administrador por violação dos seus deveres ou atribuições legais e/ou estatutários: o Beneficiário perderá todo e qualquer direito relacionado às Ações Restritas outorgadas que não sejam consideradas Ações Maturadas, restando automaticamente extinto na data de Desligamento, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização ao Beneficiário, de modo que as Ações Restritas serão automaticamente canceladas, sendo certo que as Ações Maturadas existentes na data do Desligamento, que não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ao Beneficiário, serão entregues no prazo e nos termos previstos no Plano;

(ii) por vontade da Companhia, por meio de demissão sem justa causa ou sem que o administrador tenha violado os seus deveres ou atribuições legais e/ou estatutários; ou (b) por meio de acordo entre a Companhia e o Beneficiário, incluindo aposentadoria 13 acordada entre as partes: o Beneficiário fará jus a receber uma quantidade do Target de Ações Restritas outorgadas nos termos do respectivo Contrato de Outorga, sujeita a retenção de tributos, proporcional ao número de dias decorridos durante o Período de Carência, na proporção de $(y) X/1095$, onde "X" é o número de dias decorridos entre o último dia do mês de janeiro do ano da respectiva outorga e a data do Desligamento, para os Beneficiários que não sejam membros do Conselho de Administração, ou $(z) X/730$, onde "X" é o número de dias decorridos entre o último dia do mês de janeiro do ano da respectiva outorga e a data do Desligamento, para os Beneficiários que sejam membros do Conselho de Administração. Quaisquer frações de ações serão arredondadas para cima e o Beneficiário somente receberá as referidas Ações Restritas a que tem direito na mesma data inicialmente prevista no Contrato de Outorga e no Plano, observadas as deduções e retenções legais;

(iii) por motivo de falecimento ou invalidez permanente: o Beneficiário ou seu espólio ou seu(s) herdeiro(s), conforme aplicável, fará jus a receber uma quantidade do Target de Ações Restritas outorgadas nos termos do respectivo Contrato de Outorga, proporcional ao número de dias decorridos durante o Período de Carência, na proporção de $(y) X/1095$, onde "X" é o número de dias decorridos entre o último dia do mês de janeiro do ano da respectiva outorga e a data do Desligamento, para os Beneficiários que não sejam membros do Conselho de Administração, ou $(z) X/730$, onde "X" é o número de dias decorridos entre o último dia do mês de janeiro do ano da respectiva outorga e a data do Desligamento, para os Beneficiários que sejam membros do Conselho de Administração. Quaisquer frações de ações serão arredondadas para cima e a Companhia deverá entregar as Ações Restritas a que o Beneficiário (ou o espólio/herdeiro(s)) faz jus na data de formalização do seu Desligamento, observadas as deduções legais.

8.5. Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

ANO 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de Membros	6,33	11,00
Nº de membros remunerados	na	8
Preço médio ponderado de exercício:		
(i) Das opções em aberto no início do exercício social	na	3,28
(ii) Das Opções perdidas e expiradas durante o exercício social	na	0
(iii) Das opções exercidas durante o exercício social	na	0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	na	5,27%

ANO 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de Membros	7,00	14,08
Nº de membros remunerados	na	8
Preço médio ponderado de exercício:		
(i) Das opções em aberto no início do exercício social	na	3,28
(ii) Das Opções perdidas e expiradas durante o exercício social	na	0
(iii) Das opções exercidas durante o exercício social	na	5,48
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	na	5,36%

ANO 2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de Membros	7,00	16,25
Nº de membros remunerados	na	8
Preço médio ponderado de exercício:		
(i) Das opções em aberto no início do exercício social	na	3,28
(ii) Das Opções perdidas e expiradas durante o exercício social	na	0
(iii) Das opções exercidas durante o exercício social	na	5,46
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	na	5,42%

ANO 2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de Membros	7,00	14,75
Nº de membros remunerados	na	8
Preço médio ponderado de exercício:		
(i) Das opções em aberto no início do exercício social	na	3,28
(ii) Das Opções perdidas e expiradas durante o exercício social	na	0
(iii) Das opções exercidas durante o exercício social	na	5,47
Diluição pontencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	na	6,44%

8.6. Outorga de opções de compra de ações

Não aplicável, uma vez que nos últimos 3 (três) exercícios sociais não houve outorga de opções de compra de ações.

8.7. Opção em aberto

Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social²

ANO 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de Membros	7,00	14,08
Nº de membros remunerados	0	8,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	0
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Opções Exercíveis		
Quantidade	N/A	5.493.801
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Março/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$5,48
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$2,58
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$14.174.005

² Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

8.8. Opções exercidas e ações entregues

ANO 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de Membros	7,00	14,08
Nº de membros remunerados	0,00	8,00
Número de Ações	N/A	102.196
Preço Médio ponderado de exercício	N/A	R\$5,48
Preço Médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$13,17
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	785.887

ANO 2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de Membros	7,00	16,25
Nº de membros remunerados	8,00	8,00
Número de Ações	N/A	60.539
Preço Médio ponderado de exercício	N/A	R\$5,46
Preço Médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$18,90
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	813.644

ANO 2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de Membros	7,00	14,75
Nº de membros remunerados	8,00	8,00
Número de Ações	N/A	1.060.934
Preço Médio ponderado de exercício	N/A	R\$5,47
Preço Médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$31,09
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	27.181.129

8.9. Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários

Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo³

Exercício social a ser encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,33	11,00
Nº total de membros remunerados	6,33	11,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,23%	3,74%

Exercício social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	14,08
Nº total de membros remunerados	7,00	14,08
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,94%

Exercício social encerrado em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	16,25
Nº total de membros remunerados	7,00	16,25
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	3,99%	0,82%

Exercício social encerrado em 31/12/2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	14,75
Nº total de membros remunerados	7,00	14,75
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,34%

³ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

8.10. Outorga de ações

Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	14,08
Nº total de membros remunerados	0,00	14,00
Data de outorga	N/A	31/02/2022
Quantidade de ações outorgadas	N/A	979.749
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	31/01/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	3 anos
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$14,80
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	14.500.285

Exercício social encerrado em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	16,25
Nº total de membros remunerados	7,00	16,00
Data de outorga	31/01/2021	31/01/2021
Quantidade de ações outorgadas	147.504	852.840
Prazo máximo para entrega das ações	31/01/2023	31/01/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	2 anos	3 anos
Valor justo das ações na data da outorga	R\$28,20	R\$26,83
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	4.159.613	22.881.698

Exercício social encerrado em 31/12/2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	14,75
Nº total de membros remunerados	0,00	14,75
Data de outorga	N/A	16/04/2020
Quantidade de ações outorgadas	N/A	353.606
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	31/01/2023
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	3 anos
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$33,66
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	11.902.378

8.11. Ações entregues

Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	14,08
Nº total de membros remunerados	0,00	0,00
Número de Ações	N/A	N/A
Preço Médio Ponderado de Aquisição	N/A	N/A
Preço Médio Ponderado de Mercado das Ações Adquiridas	N/A	N/A
Multiplicação do total das ações adquiridas pelo total da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	16,25
Nº total de membros remunerados	7,00	10,00
Número de Ações	245.074	1.203.839
Preço Médio Ponderado de Aquisição	R\$18,50	R\$22,35
Preço Médio Ponderado de Mercado das Ações Adquiridas	R\$26,88	R\$26,88
Multiplicação do total das ações adquiridas pelo total da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-2.053.720	-5.453.388

Exercício social encerrado em 31/12/2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	14,75
Nº total de membros remunerados	0	0
Número de Ações	N/A	N/A
Preço Médio Ponderado de Aquisição	N/A	N/A
Preço Médio Ponderado de Mercado das Ações Adquiridas	N/A	N/A
Multiplicação do total das ações adquiridas pelo total da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

8.12. Precificação das ações/opções

As opções de compra de ações e ações restritas outorgadas conferem aos Beneficiários Tenda o direito de subscrever ações ordinárias no capital social da Companhia, após cumpridos os períodos de carência e permanência no quadro de empregados ou administradores da Companhia (condição essencial para o exercício da opção), conforme estabelecido nos respectivos contratos celebrados com cada beneficiário. As ações outorgadas no plano de opção de compra de ações (2014 e 2016) expiram após o período aproximado de dez anos da data da outorga.

O valor justo das opções de compra de ações e ações restritas é estabelecido na data de outorga, sendo que esse é reconhecido como despesa no resultado (em contrapartida ao patrimônio líquido) durante o período de carência do programa.

a. modelo de precificação

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (2014 e 2016)

O modelo utilizado pela Companhia para precificação das opções outorgadas aos Beneficiários Tenda dos planos é o Modelo Black-Scholes, conforme detalhado a seguir.

Modelo Black-Scholes

O modelo Black Scholes, método mais popular para avaliação do valor de opções de ações, utiliza como premissas: o preço na outorga, o preço de exercício, o prazo de carência, a volatilidade do preço das ações, o percentual de dividendos distribuídos e a taxa livre de risco.

Plano de Outorga de Ações Restritas

O modelo utilizado pela Companhia para precificação das ações restritas outorgadas aos Beneficiários Tenda é o Modelo Monte Carlo, ou ainda modelo específico indicado de acordo com o programa correspondente, conforme detalhado a seguir.

Modelo Monte Carlo

O modelo Monte Carlo, mais aderente para o plano de outorga de ações restritas por analisar cenários futuros, utiliza como premissas: o preço na outorga, o preço de exercício, o prazo de carência, a volatilidade do preço das ações, o percentual de dividendos distribuídos e a taxa livre de risco.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Data de cálculo

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, as opções e ações restritas devem ser avaliadas na data da outorga respectiva (no caso, a data de aprovação do programa correspondente).

Preço médio ponderado das ações

O preço de exercício das opções outorgadas no âmbito do plano de opção de compra de ações (2014 e 2016), teve como base a avaliação da Companhia realizada por banco independente no momento da outorga, conforme a regra do plano, considerando que a Companhia não possuía ações negociadas em bolsa no momento da aprovação dos Programas Tenda vigentes.

O preço de referência das ações restritas outorgadas no âmbito do plano de outorga de ações restritas, teve como base o seu valor de mercado, visto que possuía ações negociadas em bolsa no momento da aprovação do programa vigente.

Preço de exercício

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (2014 e 2016)

O preço de exercício das opções de compra outorgadas pela Companhia, a ser pago pelos respectivos Beneficiários Tenda, poderá ter seu valor reduzido pelo valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação declarados pela Companhia a partir de data da outorga até a data do efetivo exercício da opção ordinária. Se o preço do

exercício, após os abatimentos, for superior ao valor do preço de mercado, o plano estabelece a possibilidade do Conselho de Administração outorgar Opções Adicionais Tenda, podendo os Beneficiários Tenda exercerem a opção de compra pelo valor de R\$ 0,01 (um centavo).

Plano de Outorga de Ações Restritas

Não aplicável. Por se tratar de plano de outorga de ações restritas, ao final do período de carência, os Beneficiários Tenda recebem as ações sem custo de exercício, desde que cumpridos todos os requisitos estabelecidos no plano.

Prazo de vida da opção

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (2014 e 2016)

O prazo contratual para exercício das opções de cada lote é de 3 a 6 anos a contar da data em que o lote se tornou exercível, ou seja, além do prazo de carência.

Plano de Outorga de Ações Restritas

O prazo contratual para transferência de ações restritas é de 3 anos para as ações outorgadas aos Diretores e de 2 anos aos membros do Conselho de Administração, sempre a contar da data de outorga.

Dividendos esperados (taxa de distribuição de dividendos)

Não foi considerada taxa de distribuição de dividendos na precificação das opções e ações restritas, refletindo a falta de histórico e a não previsibilidade sobre o tema no momento do cálculo.

Taxa de juros livre de risco

A taxa livre de risco foi obtida junto à B3 e se referem a taxa curva DI na respectiva data de outorga.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

Considera-se empiricamente que a parte das opções possam ser exercidas antecipadamente por parte dos titulares em relação ao prazo de vida da opção. Este comportamento se deve a diversos motivos, como por exemplo, a necessidade de liquidez pessoal e a impossibilidade de proteção patrimonial (hedge).

Neste sentido, de modo a incorporar essa particularidade, a Companhia adotou a premissa de que as opções serão exercidas em um prazo médio calculado entre a data de vesting e o prazo máximo de exercício das opções outorgadas.

Plano de Outorga de Ações Restritas

Não aplicável. Por se tratar de plano de outorga de ações restritas, ao final do período de carência, os Beneficiários Tenda recebem as ações em até 60 dias, desde que cumprido todos os requisitos estabelecidos no plano.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

Para o cálculo da volatilidade esperada foi utilizado o desvio padrão anualizado dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do Índice Imobiliário da B3 (IMOB).

Plano de Outorga de Ações Restritas

Para o cálculo da volatilidade esperada foi utilizado o desvio padrão anualizado dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do Índice da própria ação (TEND3).

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (2014 e 2016)

Período de carência ("vesting period")

Durante o período de carência, as opções não podem ser exercidas pelos Beneficiários Tenda. Essa condição foi incluída nos cálculos ao tratarmos as opções como do tipo europeia (que somente podem ser exercidas a partir de uma certa data), enquanto ainda não incorporadas. Após a incorporação, as opções passam a ser do tipo americana (isto é, exercíveis a qualquer momento até um prazo final extintivo).

Restrição para venda ("lock-up")

Contratualmente, existe uma restrição para a venda de parte das ações adquiridas mediante o exercício das opções. Esta restrição, também denominada período de lock-up, tem duração de 10 anos a partir da data de outorga, e de 3 a 6 anos a partir das datas de vesting, conforme as condições específicas de cada Programa.

Essa restrição implica na diminuição do valor das ações para o Beneficiário Tenda, tendo em vista que as ações são ilíquidas no momento do exercício das opções. De forma a considerar essa característica, foi aplicado um desconto por falta de liquidez no preço das ações pelo método da "protective put".

Plano de Outorga de Ações Restritas

Métricas de Desempenho

O plano de outorga de ações restritas considera cenários de probabilidade do atingimento das métricas de desempenho, descritas no item 8.4, para a quantidade das ações restritas outorgadas, através do método Monte Carlo, em que são avaliados com base em dados históricos.

8.13. Participações detidas por órgão

Em 31/12/2022:

Órgão	Quantidade de ações	%
Conselho de Administração	979.570	0,939%
Diretoria Estatutária	1.497.622*	1,435%
Conselho Fiscal	0	0,000%
TOTAL	2.477.192	2,374%

* O número informado engloba 652.622 ações e 845.000 opções de compra de ações detidas por membros da Diretoria Estatutária da Companhia.

Para evitar duplicidade, os valores mobiliários detidos por membros do Conselho de Administração que também são membros da Diretoria foram divulgados somente no quadro de valores mobiliários detidos pelos membros do Conselho de Administração.

8.14. Planos de previdência

Não aplicável, considerando que não foram conferidos aos membros do Conselho de Administração e Diretores estatutários quaisquer planos de previdência.

8.15. Remuneração mínima, média e máxima

	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº total de Membros	7,00	7,00	7,00	14,08	16,25	14,75	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	7,00	7,00	7,00	14,08	16,25	14,75	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração (R\$)	1.327.296	1.079.428	942.894	6.685.737	4.678.198	6.877.420	144.000	144.000	62.279
Valor da menor remuneração (R\$)	663.648	575.714	673.507	1.792.104	500.955	540.802	144.000	144.000	62.279
Valor médio da remuneração (R\$)	820.169	700.263	691.144	2.033.699	1.146.902	1.830.923	144.000	144.000	74.735

Diretoria Estatutária	
31/12/2022	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa, variável de curto prazo, benefícios e incentivos de longo prazo, baseados em programas de opção de compra de ações e de ações restritas (custo contábil), considerando todos os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.</p> <p>2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros remunerados no período em questão</p>
31/12/2021	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa, variável de curto prazo, benefícios e incentivos de longo prazo, baseados em programas de opção de compra de ações e de ações restritas (custo contábil), considerando todos os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.</p> <p>2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros remunerados no período em questão</p>
31/12/2020	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa, variável de curto prazo, benefícios e incentivos de longo prazo, baseados em programas de opção de compra de ações e de ações restritas (custo contábil), considerando todos os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.</p> <p>2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros remunerados no período em questão</p>

Conselho de Administração	
31/12/2022	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa e incentivos de longo prazo, baseados em programas de ações restritas (custo contábil), considerando todos os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.</p> <p>2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros remunerados no período em questão</p>
31/12/2021	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa e incentivos de longo prazo, baseados em programas de ações restritas (custo contábil), considerando todos os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.</p> <p>2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros remunerados no período em questão</p>
31/12/2020	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa e incentivos de longo prazo, baseados em programas de ações restritas (custo contábil), considerando todos os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.</p> <p>2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros remunerados no período em questão</p>

Conselho Fiscal	
31/12/2022	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa atribuída ao Conselho Fiscal, acrescida de encargos suportados pela companhia, considerando todos os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.</p> <p>2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros remunerados no período em questão.</p>
31/12/2021	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa atribuída ao Conselho Fiscal, acrescida de encargos suportados pela companhia, considerando todos os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.</p> <p>2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros remunerados no período em questão.</p>



31/12/2020	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa atribuída ao Conselho Fiscal, acrescida de encargos suportados pela companhia, considerando todos os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <ol style="list-style-type: none">1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros remunerados no período em questão.
-------------------	---

8.16. Mecanismos de remuneração/indenização

Não aplicável, considerando que não foram celebrados arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Adicionalmente, a Companhia não celebrou compromisso de indenidade que prevê o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores.

8.17. Percentual partes relacionadas na remuneração

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, administradores ou membros do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores.

8.18. Remuneração - Outras funções

Não aplicável, uma vez que não houve, nos três últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente, de valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19. Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos três exercícios sociais os administradores da Companhia não receberam remuneração de seus controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de suas controladas e não há previsão de que isso ocorra no exercício social corrente.

8.20. Outras informações relevantes

8.2. O valor da participação de resultados, que consta no item 8.2 e que integra a remuneração variável, refere-se à participação a ser paga em 2023 em decorrência das metas alcançadas em 2022.